

Criticou a hostilidade dos EUA contra a região

Lula defende união da

AL para não ser 'um

continente colonizado'



"Depois de 520 anos, continuamos pobres", declarou em Bogotá

O presidente Lula defendeu, na quarta-feira (17), a busca de soberania dos países da América do Sul. Ele disse que isso se dá por meio de união e estabilidade entre os países da região. Lula criticou, na coletiva realizada em Bogotá, capital colombiana, a hostilidade dos Estados Unidos contra os países latino-americanos. "Somos um continente colonizado. Nossa cabeça historicamente era voltada, de um lado, para a Europa, onde estavam os colonizadores, e, do outro lado, para uma economia mais pujante, sobretudo a dos EUA". Pág. 3



O "terrorismo" do mercado é chantagem contra queda dos juros, denuncia Marconi

"Até porque essa mudança de meio de superávit para zero em 2025 não é nenhuma mudança avassaladora", afirmou o economista da FGV. "Se o governo tivesse deixado o investimento fora da regra do arcabouço fiscal, nada disso estaria acontecendo". P. 2

Lançada Frente Parlamentar pelo petróleo da Margem Equatorial

206 parlamentares compõem a Frente pela autossuficiência do país



UMES chama à luta contra corte de R\$ 9 bi na Educação de SP

O 29º Congresso da União Municipal dos Estudantes Secundaristas de São Paulo (UMES) reuniu, na quarta-feira (17), lideranças de toda a capital paulista na Casa de Portugal, no bairro da Liberdade, em repúdio ao corte de mais de R\$ 9 bilhões de Tarcísio na Educação de São Paulo e em defesa de um Ensino Médio que tenha compromisso com a juventude e com o desenvolvimento do país. Representantes eleitos em mais de 200 escolas da cidade aprovaram a pauta de reivindicações e a nova diretoria da maior entidade secundarista da América Latina e que irá liderar a luta dos estudantes no biênio 2024-2026. "Vamos nos mobilizar ainda mais para barrar os cortes que o Tarcísio e o Feder querem fazer na Educação do Estado de São Paulo", defendeu a nova presidente da UMES, Valentina Macedo. Pág. 4

Deputados e senadores lançaram a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Exploração de Petróleo na Margem Equatorial do Brasil, na quarta-feira (17), no Salão Nobre da Câmara dos Deputados, em Brasília. "O Brasil mais do que nunca tem que decidir se quer continuar sendo autossuficiente na exploração de petróleo e gás", disse o presidente da Frente, deputado federal Pedro Lucas Fernandes (União Brasil/MA), um dos organizadores do evento. Pág. 2

Defesa: ministro e comandantes pedem recursos para as Forças

O ministro da Defesa, José Múcio, esteve na Câmara com os comandantes do Exército, Marinha e Aeronáutica e defendeu mais recursos para a pasta, que tem sofrido desinvestimentos desde 2014. Na reunião da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, na quarta-feira (17), Múcio disse que a Defesa tem passado "por um período de desinvestimento". Pág. 3

PGR recorre contra decisão de Marques que liberou gângster Rogério Andrade

A Procuradoria-Geral da República entrou com recurso contra a decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal, Kassio Nunes Marques, que autorizou o maior criminoso do Rio de Janeiro, o contraventor Rogério Andrade, a tirar a torção eletrônica e a sair de casa depois das 18h. O criminoso controla o crime organizado na Zona Oeste da capital. Pág. 3

Multidão no lêmén contra 'genocídio de Israel em Gaza'

Metas fiscais 2024 e 2025 seguem restritivas e fora da realidade

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou, nesta segunda-feira (15), que a meta do governo segue sendo zerar o déficit nas contas públicas este ano e também no próximo. Para cumprir a meta de 2024, o governo já anunciou a necessidade de bloqueio de R\$ 2,9 bilhões do Orçamento Geral da União.

A meta fiscal para 2025 era ainda mais apertada, um superávit primário – descontados os juros – de 0,5%, mas, de tão fora da realidade, foi reajustada agora para zero. O anúncio oficial da nova meta será feito ainda nesta segunda-feira (15). Tanto a meta deste ano quanto a do ano que vem – mesmo revista – são metas restritivas e incompatíveis com o crescimento sustentado da economia.

E registre-se que todo esse esforço para atingir o “equilíbrio” das contas públicas, perseguido por Fernando Haddad, só se refere às despesas com a sociedade, ou seja, com Educação, Saúde, Defesa, Ciência e Tecnologia, Segurança, etc.

Os gastos com juros da dívida interna, que já consumiram, somente nos últimos 12 meses, R\$ 740 bilhões do Orçamento, não entram nos cálculos. É a maior despesa do governo e, no entanto, não é computada no cálculo do “equilíbrio das contas”. Ela corre por fora, sem nenhum controle ou limite por parte da sociedade.

O novo governo assumiu o país em meio a uma profunda estagnação econômica e com uma grande expectativa por parte da sociedade de reversão desse quadro. Havia um consenso geral dos agentes econômicos de que as taxas de investimentos, tanto públicas quanto privadas, tinham que crescer rapidamente para enfrentar essa grave situação. No entanto, o que se viu não foi isso. A meta de zerar o déficit derrubou a taxa de investimento do país em 2023, primeiro ano do governo. Ela caiu para 16,5% do PIB, ante 18,8% no ano anterior.

A produção industrial andou de lado. Cresceu 0,2% em 2023, depois de acumular queda de 0,7% em 2022, segundo dados do IBGE.

O estudo feito pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI) sobre a economia brasileira, divulgado recentemente, é dramático quanto à gravidade da situação (leia aqui). Ele mostra que o PIB brasileiro cresceu 0,6% ao ano na década de 2013 a 2023. Um crescimento menor do que os 1,6% verificados na década de 1980/90, que ficou conhecida como a “década perdida”. O PIB da indústria de transformação foi pior ainda: encolheu 1,8% ao ano na última década contra uma retração de 0,2% ao ano na “década perdida”.

A análise do Instituto aponta, ainda, que no ano de 2023 os níveis elevados de taxas de juros obstruíram mais uma vez a alavanca industrial do crescimento. O PIB da indústria de transformação encolheu -1,3% no acumulado do ano, sob influência da retração do investimento, acrescentou o documento dos industriais, demonstrando o retrocesso que atinge o setor mais dinâmico da economia. “Sem indústria e sem investimento, a expansão do PIB total tende a ser fraca e a durar pouco”, diz o estudo.

As restrições fiscais, que já vinham sendo implantadas desde que o tripé macroeconômico foi imposto ao país na década de 1990 – com altas e baixas no período seguinte – tomaram fôlego a partir de 2015/16 e agravaram a situação do país.

A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da transição, aprovada antes da posse de Lula, garantiu que o governo pudesse trabalhar com um déficit de até R\$ 228 bilhões em 2023 para manter a máquina funcionando e para os investimentos. E, mesmo assim, a taxa de investimento caiu durante o ano, o que mostra que, sem mudar a política fiscal, não há como retomar o nível de investimentos necessário para um crescimento sustentado da economia.

A indústria calcula que a taxa de investimento do Brasil deve ser de mínimo 24% do PIB para que haja um crescimento robusto e duradouro. Quem tem condições de puxar o conjunto dos investimentos do país é o Estado, as suas empresas e os seus bancos. O setor público, ao investir, promove a retomada dos investimentos privados. Para isso, é necessária uma política fiscal expansionista, ao contrário do que ocorre hoje no Brasil.

As travas impostas ao país impediram que os investimentos crescessem em relação ao PIB este ano. Em 2023 ainda havia algum espaço aberto no Orçamento pela PEC da transição, mas, nos anos seguintes, nem isso haverá. Com as metas fiscais ainda mais restritivas defendidas por Haddad para os próximos anos, dificilmente haverá crescimento sustentado da economia.

Leia na íntegra no site: <https://horadopovo.com.br/metas-fiscais-de-2024-e-2025-seguem-restritivas-e-fora-da-realidade/>

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO
é uma publicação do
Instituto Nacional de
Comunicação 24 de agosto
Rua Mazzini, 177
Cambuci - CEP: 01528-000
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@gmail.com
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto

Redação: fone (11) 2307-4112

E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br

E-mail: comercial@horadopovo.com.br

E-mail: hp.comercial@uol.com.br

Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:

Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679

E-mail: hpri@oi.com.br

Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000

Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br

Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506

Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480

E-mail: horadopovomg@uol.com.br

Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317

E-mail: horadopovobahia@oi.com.br

Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de

Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004

Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603

E-mail: horadopovope@yahoo.com.br

Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa,

140 Curú-Ultingas - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823

Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande,

Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis

e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

Mais de 200 parlamentares, entre deputados e senadores, compõem a Frente Parlamentar

Lançada a frente pela exploração de petróleo na Margem Equatorial



Professor Allan Kardec discursando no ato da Frente Parlamentar na Câmara



Nelson Marconi: “É uma queda de braço para impedir uma redução da taxa de juros”

“Terrorismo” do mercado é chantagem para impedir a queda dos juros, denuncia Marconi

“Até porque essa mudança de meio de superávit para zero em 2025 não é nenhuma mudança avassaladora”, afirma o economista da FGV. “Se o governo tivesse deixado o investimento fora da regra do arcabouço fiscal, nada disso estaria acontecendo”

O professor Nelson Marconi, economista da Fundação Getúlio Vargas, avaliou, nesta sexta-feira (19), em entrevista ao HP, que a pressão que o mercado financeiro está fazendo neste momento visa manter as taxas de juros elevadas. Nos últimos dias quase todos os economistas ligados ao sistema financeiro fizeram parte de uma orquestração uníssona exigindo cortes de investimentos e gastos sociais.

Eles fizeram previsões catastróficas se os cortes de investimentos públicos não forem feitos. Ameaçaram com “explosão” da dívida se o governo não se render aos seus interesses.

Marconi desvendou o que há por trás dessa orquestração do mercado financeiro: “É uma queda de braço para impedir uma redução da taxa de juros”, aponta Marconi.

“Até porque essa mudança de meio de superávit para zero em 2025 não é uma nenhuma mudança avassaladora”, destacou.

“O mercado realmente está fazendo um terrorismo com essa questão porque o

governo reduziu a meta fiscal dele, que era uma coisa que todo mundo já sabia. Já estava certo que o governo não teria como cumprir a meta anterior”, observou o professor, lembrando que o ajuste pela arrecadação acabou não ocorrendo.

Ele lembrou ainda que “realmente o governo precisava aumentar a receita sobre a renda dos mais ricos, precisava rever uma série de desonerações, isso dentro de um plano maior. Isso precisava ficar claro para o Congresso, numa situação melhor para negociar”.

“O governo não está fazendo isso e tem uma série de despesas que não tem como ele reduzir, Saúde, Educação, coisas que estavam deterioradas no governo passado”, apontou.

“Então”, prosseguiu Marconi, “era líquido e certo que isso ia acontecer, e o mercado, na verdade, está fazendo essa pressão porque ele quer manter os juros num patamar alto. Isso é muito claro. É uma queda de braço para impedir uma redução da taxa de juros”.

“Se o governo tivesse deixado o investimento fora da regra do arcabouço fiscal, nada disso estaria acontecendo”, afirmou o economista.

Marconi explicou que se os investimentos tivessem ficado de fora, “o governo (...) teria espaço para cumprir os outros compromissos dele (investimento) do ponto de vista de pagamentos, as despesas obrigatórias, como nós estamos falando”.

“Então, o que conta mesmo para a dívida, que é o juros, o pagamento dos juros, ninguém discute”, prosseguiu o especialista. O Brasil pagou de juros R\$ 740 bilhões nos últimos 12 meses.

“Se ele tivesse deixado o investimento de fora, a relação dívida PIB estaria mais estável. O investimento estaria puxando o crescimento da economia e, o mais importante nessa questão toda – e que ninguém fala, a dívida/PIB estaria mais estável. E, logicamente, os juros teriam que estar mais baixos. Os juros ficando altos, a gente vai ter uma despesa financeira muito alta”, completou o professor da FGV.

Gleisi chama Campos Neto de “especulador medíocre”

A presidente nacional do PT (Partido dos Trabalhadores), deputada federal Gleisi Hoffmann (PR), afirmou na sexta-feira (19) que o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, está alimentando uma “histeria especulativa” para manter os juros nas alturas.

“Como é que pode um país do tamanho do Brasil ficar sujeito a especuladores medíocres como o presidente bolsonarista do BC? Campos Neto conseguiu tirar do horizonte a trajetória de redução dos juros, dizendo exatamente que não consegue enxergar o horizonte. Seus comentários indevidos e irresponsáveis sobre política fiscal alimentam uma histeria especulativa sem fundamento que só vai

prejudicar a administração das contas públicas. Foi para isso que deram autonomia ao BC?”, manifestou em seu perfil no X (ex-Twitter).

Em outro comentário no X, no mesmo dia, questionou: “Que crise fiscal estamos vivendo @JornalOGlobo? A dívida está descontrolada? Não, até o FMI disse que vai crescer menos que o previsto. As despesas do governo estouraram? Não, tem trajetória controlada. Perdemos reservas internacionais? Não, continuam robustas. Pq fazer um Editorial FakeNews? Mais um editorial especulativo, que desencadeia movimentos interesseiros do mercado. Foi correta e necessária a revisão da meta fiscal anun-



Gleisi, presidente do PT

ciada pelo governo esta semana. Mônica inclusive. Lula foi eleito pra melhorar a vida do povo. Não adianta condenar a política de aumento real do salário mínimo e programas importantíssimos como o novo Pé de Meia. Pra fazer o governo que querem, trabalhador e povo pobre tinham de ser proibidos de votar.”

“É preciso fazer esse debate para defender os interesses do povo brasileiro, defender o Brasil”, afirmou o professor Allan Kardec, saudando a iniciativa do Congresso Nacional: “a polarização está tão maluca, não tem povo no debate”

Deputados e senadores lançaram a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Exploração de Petróleo na Margem Equatorial do Brasil (FMEQ), na quarta-feira (17), no Salão Nobre da Câmara dos Deputados, em Brasília.

Os 206 parlamentares que compõem a Frente defendem que a Petrobrás mantenha seus estudos na faixa costeira, entre os estados do Amapá e Rio Grande do Norte, com bacias sedimentares com grande potencial de petróleo e gás, que podem promover a melhoria da qualidade de vida da população no norte do país.

“O Brasil mais do que nunca tem que decidir se quer continuar sendo autossuficiente na exploração de petróleo e gás”, disse o presidente da Frente, deputado federal Pedro Lucas Fernandes (União Brasil/MA), um dos idealizadores da iniciativa. “Chegou a hora da gente transformar ainda mais o Brasil, chegou a hora mais do que nunca de que o Congresso Nacional e o Executivo, o governo brasileiro, deem as mãos juntos para que a gente possa desenvolver essa região”, defendeu.

No evento, Allan Kardec Duailibe, professor titular da Agência Nacional de Petróleo (ANP), convidado a discursar, arrancou aplausos ao entrar gritando Viva o Brasil!. O professor destacou dois aspectos no atual cenário: a ciência e a pobreza.

Pioneiro em estudos da Margem Equatorial, Allan Kardec ressaltou que nos últimos 200 anos a demanda por energia mundial “nunca caiu” e que também no período “não ocorreu transição energética, mas sim diversificação ener-

gética”.

O professor Kardec afirma que o debate em torno do tema “é geopolítico”. “De um lado ele está no ambiental e, do outro, é o climático, basicamente carregado pela Europa, que não é autossuficiente em energia. Como que essa turma quer nos ditar o que nós vamos fazer”, questionou Allan Kardec, afirmando que o Brasil tem o direito de explorar as suas riquezas, para não retornar à época grave dos tempos de dependência.

“Quem tirou o Brasil do FMI foi a Petrobrás. O que querem fazer de novo é condenar o povo brasileiro”, denunciou, citando o segundo aspecto, “a pobreza, que nós do Norte, do Nordeste, sabemos muito bem o que é”.

“Nós precisamos fazer esse debate para defender os interesses dos brasileiros. Para defender o Brasil, defender a Petrobrás, porque a intenção é clara desse discurso, é fechar a Petrobrás. Porque se não tiver novos campos, o maior patrimônio do Brasil, responsável por 10% do PIB, será fechado”, denunciou.

Para o professor, “a coisa está tão maluca, a polarização está tão louca, que fizeram a polarização entre fósseis e não fósseis e esqueceram de combinar com o povo. Não tem povo nessa equação, não tem povo no debate”. “É preciso fazer esse debate para defender os interesses do povo brasileiro, defender o Brasil”, defendeu.

Contra o discurso do professor Allan Kardec no lançamento da Frente Parlamentar na matéria no site do HP: <https://horadopovo.com.br/lançada-frente-parlamentar-pela-exploracao-de-petroleo-na-margem-equatorial/>

Importadores e lobistas voltam a chantagear Petrobrás para elevar preços, alerta Valporto

“Com um dos menores custos de produção do mundo e cerca de 80% do diesel nacional, não faz nenhum sentido cobrar preços como se todo o diesel fosse importado”, afirma o economista

Os grupos importadores de combustíveis já começam a pressionar pelo aumento dos preços que a Petrobrás deve cobrar pelos seus derivados no mercado nacional. A alegação é de que o dólar e o preço do petróleo estaria subindo e que, por isso, a Petrobrás tem que aumentar os seus preços. Já falam até que a defasagem teria superado 21%, insistindo em retornar com a paridade de preços de importação (PPI), método de cálculo de preços que vem esfolando os brasileiros nos últimos anos.

Para o economista Aurélio Valporto, presidente da Abradin (Associação Brasileira de Investidores), esta é uma pressão de lobistas que estão apenas querendo embolsar mais lucros. “A suposta defasagem alegada por um pequeno grupo, que se beneficia com o aumento dos preços dos combustíveis em detrimento de todo o país, não existe”, denuncia o especialista.

“Em primeiro lugar”, prossegue Valporto, “porque a Petrobrás tem um dos menores custos de produção do mundo e cerca de 80% do diesel é nacional. Então, apenas 20% do custo é de importados”. “Não faz nenhum sentido cobrar preços como se todo o diesel fosse importado. No caso da gasolina, apenas cerca de 10% é importada”, aponta.

“Esta é uma pressão feita por especuladores para que a Petrobrás aproveite essa conjuntura internacional para aumentar seus já gigantescos lucros”, acrescenta o dirigente da Abradin. “Os custos de produção da empresa não aumentaram nesta proporção”, observa.

“A Petrobrás é a maior fornecedora de energia do Brasil, através de seus combustíveis. E energia mais cara não resulta apenas em mais



Valporto, presidente da Abradin

inflação, mas também mais desemprego e menor renda real para o povo brasileiro. A suposta defasagem, alegada por um pequeno grupo que se beneficia com o aumento dos preços dos combustíveis em detrimento de todo o país, não existe”, destacou Valporto.

“Em segundo lugar”, prossegue o economista, “a taxa de câmbio atual é meramente especulativa e não reflete a paridade do poder de compra do real, que está entre 4,20 e 4,30 e não entre 5,20 e 5,30. Essa taxa de câmbio artificial deveria ser combatida de forma mais incisiva pelo Banco Central, que está sentado em mais de 350 bilhões de dólares em reservas”.

“E em terceiro lugar, porque a paridade a ser buscada pelo Brasil deve ser aquela praticada pelas petrolíferas de seus pares internacionais. Pelos grandes produtores e exportadores de petróleo, como é o caso da Rússia. Lá o litro do diesel nas bombas está na casa dos R\$ 3,60 e a gasolina, próximo aos três reais”, apontou Aurélio Valporto.



Kássio Nunes Marques e o contraventor PGR recorre da decisão de Nunes Marques que liberou gângster Rogério Andrade

A Procuradoria-Geral da República (PGR) entrou com recurso contra a decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Kássio Nunes Marques, que autorizou o maior criminoso do Rio de Janeiro, o contraventor Rogério Andrade, a tirar a tornezeira eletrônica e a sair de casa depois das 18h.

O criminoso controla o crime organizado na Zona Oeste da capital e tinha como seu matador profissional o pistoleiro Ronnie Lessa, preso pelo assassinato da vereadora Marielle Franco e de seu motorista Anderson Gomes.

De acordo com a PGR, o monitoramento eletrônico é necessário para garantir a ordem pública, pois Andrade é investigado por uma série de crimes e a investigação já está em fase final.

A Procuradoria pede que o ministro Nunes Marques, indicado por Bolsonaro para integrar o STF, reconsidere a própria decisão ou leve o recurso para julgamento.

Rogério Andrade chegou a ser preso em 2022 e agora responde em liberdade por corrupção ativa, lavagem de dinheiro e por comandar uma organização criminosa de jogos de azar, no Rio.

A decisão de Marques foi um despacho sigiloso feito na terça-feira (16). Ele tomou a decisão sem ouvir a Procuradoria Geral da República.

A decisão de Nunes Marques foi a terceira favorável ao chefe do crime organizado do Rio nos últimos dois anos. Em agosto de 2022, o ministro revogou um mandado de prisão contra ele. Em junho de 2023, tomou a mesma decisão quanto ao filho dele, Gustavo Andrade, que também tinha sido preso na Operação Calígula.

Ronnie Lessa, que trabalhava como matador de Rogério Andrade, fez recentemente um acordo de colaboração premiada com a Polícia Federal e abriu quem foram os mandantes do crime político cometido por ele.

Ronnie Lessa era, ainda, integrante do “Escritório do Crime”, uma central de assassinatos pagos por encomenda das milícias e de outras organizações criminosas do Rio de Janeiro, e que era comandado pelo ex-PM Adriano da Nóbrega, amigo da família Bolsonaro e controlador da milícia de Rio das Pedras, na Zona Oeste do Rio.

Rogério Andrade foi preso na segunda fase da Operação Calígula, realizada para combater a organização criminosa da família, que é comandada por ele e por seu filho, Gustavo Andrade.

Chama a atenção da Polícia o fato do ministro Nunes Marques ter tomado uma decisão tão séria, de maneira sigilosa, que tem como consequência a facilitação da fuga de um dos mais perigosos criminosos do Rio. E, mais grave, foi tomada às vésperas de outro depoimento de Ronnie Lessa, que foi segurança particular e matador contratado por Rogério Andrade, à Polícia Federal.

“Mercantilistas estrangeiros tratam o Brasil como colônia e manipulam redes sociais”, afirma Alexandre de Moraes

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, afirmou que o Poder Judiciário e a Justiça Eleitoral estão acostumados “a combater mercantilistas estrangeiros que tratam o Brasil como colônia e políticos extremistas e antidemocráticos que preferem se subjugar a interesses internacionais”.

O discurso foi feito, nesta sexta-feira (19), durante lançamento da Pedra Fundamental do Museu da Democracia, no Rio de Janeiro. O Judiciário reage “para garantir a democracia” no País, afirmou o magistrado.

Ele acrescentou, ainda, que “a Justiça Eleitoral não se abala e continuará defendendo a vontade do eleitor contra a manipulação do poder econômico das redes sociais, algumas delas que só pretendem o lucro sem qualquer responsabilidade”, com as instituições republicanas brasileiras.

Moraes ainda disse que a Justiça voltou a ser atacada por meio da “união de irresponsáveis mercantilistas ligados às redes sociais e políticos brasileiros extremistas”.

Sem citar nomes, o ministro também fez referência às “correntes extremistas” que atacam as urnas eletrônicas, sem nenhuma prova que possa demonstrar comprometimento em relação aos resultados dos processos eleitorais, desde que começaram a ser usadas, em 1996.

Essas são ligadas ao ex-presidente inelegível, Jair Bolsonaro (PL), que tem se movimentado, freneticamente, para tentar empregar o STF, com intuito de reverter a cassação dos direitos políticos, a fim de concorrer no pleito de 2026.

Lula defende América Latina unida contra o colonialismo



Presidente da República foi homenageado em Bogotá, Colombia, na semana passada

Ministro e comandantes defendem mais recursos para a defesa do país

O ministro da Defesa, José Múcio, esteve na Câmara dos Deputados com os comandantes do Exército, Marinha e Aeronáutica e defendeu mais recursos para a pasta, que tem sofrido desinvestimentos desde 2014.

Na reunião da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, na quarta-feira (17), Múcio disse que na última década a Defesa passou “por um período de desinvestimento na Defesa, que pode ser constatado pela redução progressiva dos recursos destinados à pasta, afetando a continuidade do desenvolvimento e na implantação dos nossos programas”.

A verba discricionária da pasta, aquela que não inclui gastos obrigatórios como salários, caiu 47% em 10 anos, passando de R\$ 20,6 bilhões, em 2014, para R\$ 10,9 bilhões, em 2024.

José Múcio pediu o “apoio e participação” da Câmara e do Senado para a aprovação de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que vincula os recursos passados à Defesa ao Produto Interno Bruto (PIB) porque ela traz “previsibilidade”.

“Nós não temos previsibilidade orçamentária, dependemos da responsabilidade de quem faz o orçamento. Nós compramos sem ter certeza de que vamos pagar”, disse.

“Estamos precisando de previsibilidade” para “não só honrar nossos compromissos como dotar nossas Forças Armadas de equipamentos que façam com que tenhamos umas Forças Armadas do tamanho das nossas potencialidades e riquezas”, defendeu.

Segundo ele, os países vizinhos “estão com um orçamento maior que o Brasil”. “Mas diante das nossas prioridades, nós não estamos investindo em uma defesa, que é a guardiã do nosso território, nossa soberania”.

Lewandowski afirma que o MJ sofreu “um corte bastante drástico” e pede “reposição dos recursos”

O ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, afirmou que sua pasta sofreu um corte “bastante drástico” no orçamento e que “prejudicará” o serviço prestado à população.

Ele pediu a recomposição das verbas para a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal (PRF).

“Realmente, nós sofremos um corte bastante drástico, não só no Ministério da Justiça, mas, sobretudo, no orçamento da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal, que, indiscutivelmente, prestam um serviço de excelência para o país,

A PEC que está tramitando no Senado aumenta gradualmente o investimento em Defesa até que atinja 2% do PIB, o que Múcio acha um valor muito alto, “visto que nós não temos conflitos”.

“Precisamos apenas manter a integridade de nossas forças para uma eventual necessidade de elas serem usadas com dignidade que é o que nós merecemos”, argumentou.

“Percebemos que o Brasil é um dos países da América do Sul que menos aplica recursos no setor. Nosso investimento é de apenas 1,1% do PIB enquanto a média mundial é de 2,3%”, explicou.

Para o orçamento de 2024, os Ministérios da Fazenda e do Planejamento realizaram um corte de R\$ 280 milhões na Defesa. O corte foi feito para que o governo siga as regras do “arcabouço fiscal” de Fernando Haddad, que substituiu o Teto de Gastos.

O Ministério da Defesa já divulgou uma nota falando que esse corte “gera fortes impactos no cumprimento de contratos já firmados dos projetos estratégicos da Defesa e também na manutenção e no custeio das diversas organizações militares em todo o território nacional”.

O comandante da Marinha, almirante Marcos Sampaio Olsen, destacou que o baixo investimento do Brasil na Força tem “impacto relevante no exercício da soberania e na defesa dos interesses da sociedade”.

“Nos somos o 9º PIB no mundo, a 9ª economia, e a 25ª Marinha. Me surpreende ver a Rússia como 11º PIB sustentando um conflito há 2 anos e meio e mantendo todos os programas estratégicos que tem, seja no espaço, seja no Ártico ou na pesquisa”.

O comandante do Exército, general Tomás Ribeiro Paiva, destacou

apesar do pequeno número de efetivos que têm”, falou Lewandowski aos deputados da Comissão de Segurança Pública.

Lewandowski esteve na Comissão na terça-feira (16), e defendeu que a PF e a PRF “têm prestado serviços excepcionais, têm se deslocado do Oiapoque ao Chui, das fronteiras mais remotas do país aos portos e aeroportos”.

O ministro falou que também está sendo marcada “uma ida ao gabinete da ministra [do Planejamento] Simone Tebet, com os chefes da Polícia Federal e da Po-

licia Rodoviária Federal e demais membros de primeiro escalão, para expor à ministra do Planejamento as dificuldades que nós temos”.

Lewandowski reafirmou que “esse corte prejudicará o nosso serviço”. Para atender as regras do “arcabouço fiscal”, que funciona como um teto de gastos, os Ministérios da Fazenda e do Planejamento cortaram em R\$ 409 milhões o orçamento do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

A Polícia Federal perdeu R\$ 203 milhões, enquanto a PRF perdeu R\$ 77 milhões.

“Nós somos um continente colonizado. Nossa cabeça historicamente era voltada, de um lado, para a Europa, onde estavam os colonizadores, e, do outro lado, para uma economia mais pujante, sobretudo a dos EUA”, apontou

O presidente Lula defendeu, na quarta-feira (17), a busca de soberania dos países da América do Sul. Ele disse que isso se dá por meio de união e estabilidade entre os países da região. Lula criticou, na coletiva realizada em Bogotá, capital colombiana, a ofensiva dos Estados Unidos contra os países latino-americanos.

O presidente destacou que historicamente os países da América Latina não tinham parcerias comerciais entre si, nem com nações africanas, mas que essa lógica tem se alterado com o conceito de Sul Global.

“Somos um continente colonizado. Nossa cabeça historicamente era voltada, de um lado, para a Europa, onde estavam os colonizadores, e, do outro lado, para uma economia mais pujante, sobretudo a dos EUA”, assinalou.

Em seguida, constatou que “depois de 520 anos de existência, todos nós continuamos pobres”, citando o desemprego, a desnutrição e a mortalidade infantil presentes no continente sul-americano. Lula falou também na homenagem que recebeu na abertura da Feira Internacional do Livro de Bogotá (FILBo).

“E por isso os Estados Unidos, que deveriam cuidar disso, gerando emprego para seus vizinhos, [...] têm uma política

Ato de Bolsonaro no RJ ataca Justiça, militares e macaqueia o norte-americano Elon Musk

Bolsonaro e seus seguidores realizaram um ato nesta manhã de domingo (21) em Copacabana, no Rio de Janeiro, para pressionar o Supremo Tribunal Federal (STF) e o ministro Alexandre de Moraes, além de fazer ataques à imprensa e ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Além disso, os discursos de Bolsonaro e seus cúmplices fizeram um papagueamento ao bilionário norte-americano Elon Musk, dono do X (ex-Twitter), que tem feitos ataques ao país e ao STF.

Jair Bolsonaro chegou a pedir uma salva de palmas ao dono da plataforma.

Segundo ele, o bilionário é um “mito” e um “homem que preserva a liberdade”.

O bilionário partidário de Donald Trump e do Partido Republicano tem feito ataques ao STF e ao ministro Alexandre de Moraes, além do governo brasileiro. Ele fez ameaças de não cumprir as ordens do STF de bloqueio de perfis que disseminam fake news, pregam o golpe contra a democracia e atentam contra o Estado de Direito.

Segundo matéria da BBC, Musk é denunciado em várias partes do mundo por desrespeitar leis e regras, principalmente na União Europeia, quando foi denunciado por banir ilegalmente do X contas de jornalistas. A subsecretária-geral da ONU, Melissa Fleming, disse que “a liberdade da mídia não é um brinquedo”.

Em afronta ao STF, o “mito” acobertou e pediu anistia para seus partidários que depredaram as sedes do STF, Palácio do Planalto e do Congresso no 8 de janeiro de 2023.

Contra todos os testemunhos, ele tentou negar que fez uma “minuta golpista” para se perpetuar no poder, mas logo admitiu que “estado de sítio é uma proposta que o presidente pode submeter ao Parlamento”.

Os ex-comandantes do Exér-



Bolsonaro e seus seguidores. Foto: Reprodução/TV Globo

UMES convoca estudantes à luta contra o corte de R\$ 9 bi na Educação de SP

“Vamos nos mobilizar ainda mais para barrar os cortes que o Tarcísio e o Feder querem fazer na Educação de São Paulo”, defendeu a presidente Valentina Macedo, eleita no 29º Congresso da entidade

O 29º Congresso da União Municipal dos Estudantes Secundaristas de São Paulo (UMES) reuniu, na última quarta-feira (17), lideranças de toda a capital paulista na Casa de Portugal, no bairro da Liberdade, em repúdio ao corte de mais de R\$ 9 bilhões de Tarcísio na Educação de São Paulo e em defesa de um Ensino Médio que tenha compromisso com a juventude e com o desenvolvimento do país.

Representantes eleitos em mais de 200 escolas da cidade aprovaram a pauta de reivindicações e a nova diretoria da maior entidade secundarista da América Latina e que irá liderar a luta dos estudantes no biênio 2024-2026.

A abertura do Congresso contou com representantes de importantes segmentos dos movimentos sociais de São Paulo. Lucca Gidra, que conduziu a entidade durante o mandato anterior, relembrou em seu discurso as conquistas dos estudantes da cidade neste último período.

“Desde o 11 de agosto de 2021, no Dia do Estudante, na primeira manifestação pós-pandemia, lutamos contra o fascismo de Bolsonaro. E a gente não sabia se iríamos ser vitoriosos, ou não. Nós lutamos contra Bolsonaro nas ruas e aprovamos a nossa campanha para que os estudantes tirassem os seus títulos de eleitor”, disse.

“Temos orgulho de ter iniciado uma campanha para que a juventude mostrasse nas urnas o seu repúdio a Bolsonaro. Iniciamos nossa campanha nas escolas e 11 mil estudantes tiraram os seus títulos de eleitor e contribuíram para derrotar o fascismo. A campanha dos estudantes, se somaram os movimentos sociais, intelectuais e artistas e o resultado foi de que mais de 2 milhões de jovens de 16 a 18 anos exercessem o direito ao voto nas eleições”, ressaltou Lucca.

“Estou relembando isso para mostrar a força das decisões que tomamos. A luta faz a lei. E ela que resolve nossos problemas. Não estamos aqui prometendo nenhum ‘sonho de brigadeiro caseiro’ e nenhum ‘projeto de vida’, mas viemos falar que se a gente se organizar, se a gente lutar, a gente consegue mudar o nosso futuro. A gente consegue mudar a nossa Educação”, enfatizou.

“O congresso de hoje serve para a gente pensar qual o caminho das escolas estaduais, federais e municipais da cidade, qual caminho da Educação, qual o caminho para o Brasil. Uma coisa é certa: o Brasil tem muito inimigo. Tem muita gente querendo atacar a nossa educação. O Brasil, que é um país rico, gigante pela própria natureza, está sendo aquecido pelo mercado financeiro, pelo déficit zero, pelo arcabouço fiscal. Está sendo roubado aos bilhões, pelas altas taxas de juros do Banco Central. Foram mais de R\$ 700 bilhões destinados para os juros no último ano. Enquanto o dinheiro da educação representa só 2% do orçamento federal”, destacou.

“Não podemos aceitar isso. O dinheiro do suor do povo brasileiro tem que vir para a educação, para a saúde e para o desenvolvimento do país”, pontou o líder estudantil. **“SÃO PAULO NÃO SERÁ LABORATÓRIO DO BOLSONARISMO”**

A presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), Jade Beatriz, levou uma mensagem de apoio à luta dos estudantes de São Paulo contra os cortes de Tarcísio na Educação e na resistência ao avanço da extrema direita.

“São Paulo não pode ser laboratório do bolsonarismo”, destacou a líder estudantil em sua fala, relembando os retrocessos de Tarcísio e Feder na educação e a sua lógica privatista que visa destruir o Estado.

Ela também destacou a necessidade de lutar para a garantia do orçamento da Educação. “Não queremos somente o ‘básico’, temos direito a muito mais e vamos lutar por isso”, disse.

ORÇAMENTO FEDERAL DA EDUCAÇÃO AMEAÇADO

O ex-secretário de Educação, César Callegari, também saudou os estudantes pelo seu grandioso encontro. Ele alertou para o risco da retirada da obrigatoriedade da execução do orçamento da Educação prevista da LDO apresentada pelo governo federal.

“Este congresso é da maior importância porque a educação brasileira só avança pela luta. Novamente os inimigos da educação estão sabotando as condições e os direitos dos estudantes brasileiros.

“Agora mesmo, nós vimos a apresentação da Lei de Diretrizes Orçamentárias do governo federal. Somente com a luta vamos continuar defendendo as garantias constitucionais de financiamento

da educação brasileira”, alertou o especialista.

“Estamos falando do dinheiro fundamental para que possamos garantir salários e condições de trabalho para professores da educação básica, da creche ao ensino médio e técnico. Somente com os recursos da educação é que vamos ter condições de garantir uma escola bem equipada, bem preparada, para que a educação seja de fato um direito de todos”, enfatizou.

DERROTAR O AVANÇO DA EXTREMA DIREITA

O presidente do Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal de São Paulo (SINPEEM), professor Claudio Fonseca, destacou a “força da juventude organizada na luta em defesa da educação pública, gratuita, laica e de qualidade social para todos e em todos os níveis”.

Cláudio reforçou ainda a necessidade de luta em defesa da água, que está ameaçada de privatização pelo governo de São Paulo. “É necessário defender a água com a mesma força que lutamos em defesa da Educação”, ressaltou o líder trabalhador, convocando os estudantes a se somarem à luta em defesa da Sabesp e contra as privatizações.

GOVERNO QUE NÃO SE IMPORTA COM A EDUCAÇÃO, É INIMIGO DO BRASIL

O presidente do Sindicato de Especialistas de Educação do Magistério Oficial do Estado de São Paulo, Chico Poli, saudou o tema do 29º Congresso da UMES: “Detonar os inimigos da Educação e do Brasil” e ressaltou a necessidade de lutar contra os ataques de Tarcísio e Feder na Educação de São Paulo.

“Estamos diante de um governo que defende um corte de mais de R\$ 9 bilhões na Educação e, ao mesmo tempo, propõe a criação de escolas civico-militares sem qualquer objetivo de melhoria das condições. Este é o mesmo governo que mantém, ainda hoje, mais de 50 escolas de lata em todo o Estado e agora pretende entregar 33 escolas a uma parceria público privada”, criticou.

“Enquanto isso, mantém os professores mal remunerados e sem condições de trabalho”, alertou.

Chico lembrou ainda a situação de baixo investimento em educação do Brasil. “Um dos países mais ricos do mundo, a 9ª economia do mundo, mas que é o 87º lugar no ranking da Educação”.

“Educação não é gasto, é investimento. Quem acha que Educação custa caro, experimenta a ignorância. Governos que não se importam com isso são inimigos do Brasil”, pontuou Chico Poli.

DEFENDER A ÁGUA E A VIDA

José Faggian, presidente Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente do estado de São Paulo (Sintaema), agradeceu aos estudantes pela luta em defesa da água desde o início da luta contra a privatização da Sabesp.

Ele ressaltou as ameaças de Tarcísio a São Paulo com sua política de estado mínimo. “Tarcísio ameaça a privatização da segurança, dos presídios, linhas do Metrô, da CPTM e da Sabesp. É importante que a gente entenda que estamos em um projeto de estado mínimo que não é de interesse da classe trabalhadora”, disse.

“QUEM PRECISA DE TRANSPORTE COLETIVO, EDUCAÇÃO PÚBLICA, TRANSPORTE DE QUALIDADE, SÃO OS TRABALHADORES E SEUS FILHOS. OS ESTUDANTES TÊM PAPEL FUNDAMENTAL PARA RESISTIR A ESSE PROJETO”, COMPLETOU.

VALENTINA MACEDO, NOVA PRESIDENTE

Ao final do Congresso, os representantes das mais de 200 escolas da cidade de São Paulo presentes no 29º Congresso da UMES, elegeram a estudante Valentina Macedo para liderar a luta contra os cortes na Educação de São Paulo e pela construção de um Ensino Médio do tamanho dos sonhos da juventude.

Estudante da ETEC José Rocha Mendes, Valentina Macedo tem 19 anos e terá a responsabilidade de liderar a principal entidade secundarista da América Latina para a gestão 2024-2026.

Em seu discurso, Valentina destacou a necessidade de lutarmos contra o corte de mais de R\$ 9 bilhões no Orçamento da Educação, planejado por Tarcísio e Feder, que está em pauta na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp).

“Vamos nos mobilizar ainda mais para barrar os cortes que o Tarcísio e o Feder querem fazer na Educação do Estado de São Paulo. Cada estudante aqui vai chegar na sua escola amanhã para conversar com os estudantes e mostrar os motivos de precisarmos aumentar o investimento na Educação”, disse a nova presidente da UMES.

“Precisamos olhar para o futuro e lutar agora, no presente. Vamos com tudo! Essa gestão está só começando!”, conclamou.



Representantes de mais de 200 escolas aprovaram a pauta de reivindicações



“Precisamos olhar para o futuro e lutar agora, no presente. Vamos com tudo! Essa gestão está só começando!”, conclamou a nova presidente

Tarcísio querer substituir professores pelo Chat GPT é inconcebível, critica professor Claudio Fonseca

O governo de São Paulo planeja um novo crime contra a educação de São Paulo. Tarcísio e seu secretário, Renato Feder, planeja substituir os professores da rede paulista pela plataforma de Inteligência Artificial, o Chat GPT, nas atualizações do material digital usado por professores dos últimos anos do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) e do Ensino Médio. O projeto que beira o absurdo, foi duramente criticado nas redes sociais e pela opinião pública.

Para o presidente do Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal de São Paulo (SINPEEM), professor Claudio Fonseca, a medida prejudica o processo de ensino e aprendizagem da educação, além disso, demonstra que Tarcísio de Freitas (Republicanos) não tem consideração com a educação, com os profissionais e nem pelos equipamentos educacionais.

Em um vídeo divulgado em suas redes sociais, Fonseca discorre sobre o problema desta formulação com a inteligência artificial no material didático.

“O governador Tarcísio de Freitas anuncia mais uma medida que não é só polêmica, é inconcebível quando se trata de processo de ensino, aprendizagem e de educação. Segundo o governador, as aulas para as crianças e adolescentes da rede pública serão preparadas a partir ou com o uso do Chat GPT, inteligência



Governador não tem nenhum préstimo com a educação pública, critica o professor paulista

artificial. Pelo trato que dá a educação de São Paulo, pelas medidas já anunciadas anteriormente, tudo que se sabe e tudo que se vê é que o governador não tem nenhum préstimo com a educação pública, não valoriza os profissionais de educação, nem os equipamentos educacionais, quase todos eles em péssimas condições de funcionamento, se tratando de rede pública estadual de ensino, não investe de fato em tecnologias, não transforma a escola num espaço adequado para o processo de ensino-aprendizagem, com o Chat GPT produzindo as aulas, discutindo o currículo ou elaborando as aulas a partir de um currículo que não foi debatido, discutido, aprovado pelos profissionais de educação, só vise o governador a demitir milhares e milhares de professores e substituir o contato humano

do professor com seus alunos”, criticou o professor.

“A humanização se dá através da educação e essa relação entre o professor e aluno é imprescindível e insubstituível por um aplicativo, por Chat GPT, nada contra o uso de tecnologia, afinal eu sou um defensor da ciência, mas o propósito do governador é escancarado. A escola que já é ruim, a educação que já é penalizada pelas medidas adotadas pelo governador, de falta de valorização dos educadores, professores e demais profissionais de educação, será ainda mais prejudicada com o uso do Chat GPT em substituição aos professores, contra esta medida do governador, que é possível ainda rever, senhor governador, espero e esperamos que assim seja”, disse.



Vereadores aprovaram projeto da privatização em primeira votação

MP-SP recomenda que Câmara suspenda votação de projeto que autoriza a privatização da Sabesp

O Ministério Público de São Paulo (MP-SP) recomendou à Câmara Municipal de São Paulo que suspenda a tramitação do projeto de lei (PL) que autoriza a privatização da Sabesp (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo) na capital paulista. A manifestação do MP ocorre no âmbito de uma ação protocolada por parlamentares do PT e do PSOL, que pedia a suspensão da votação da proposta até que todas as audiências públicas sobre o tema ocorram, uma vez que cronograma de discussões vem sendo atropelado, apontam os representantes das bancadas das duas agremiações.

“Importante vitória das bancadas do PT e PSOL, que através de uma ação protocolada para suspensão da votação do PL, até que todas as audiências públicas sobre o tema sejam realizadas, teve como primeira resposta, a manifestação do Ministério Público de São Paulo (MP-SP) recomendando que a Câmara Municipal de São Paulo suspenda a tramitação do projeto de lei (PL) que dá aval à privatização da Sabesp na capital paulista”, publicou no Instagram o vereador Hélio Rodrigues (PT).

O documento foi assinado na noite da quinta-feira (18) pelo promotor Roberto Carramenha. Ele pede que, como medida cautelar de urgência, a votação do texto seja paralisada até que “seja garantida a efetiva participação democrática da população no processo”.

A Justiça ainda irá analisar a solicitação. “A Defensoria Pública ainda irá analisar o pedido, para depois a Justiça decidir, mas essa manifestação já é um passo importante”, avalia o vereador. “O projeto que tramita na câmara é visto como crucial para a privatização, porque, sozinha, a capital responde por 45% do faturamento da Sabesp”, continua Hélio.

A manifestação da Defensoria deve ocorrer nas próximas horas. Além da realização das audiências, o MP também recomenda a apresentação de um relatório de orçamento referente à privatização, informou ao HP a assessora de comunicação do gabinete de Hélio Rodrigues.

O documento foi assinado na noite desta quinta-feira (18) pelo promotor Roberto Carramenha. Ele pede que, como medida cautelar de urgência, a votação do texto seja suspensa até que “seja garantida a efetiva participação democrática da população no processo”.

Os autores da ação argumentam ainda que, na última terça (16), a Câmara recebeu um novo texto que exigiria uma nova discussão dos parlamentares. “Considerando, por fim, que na data de ontem (16) a Câmara de Vereadores recebeu do Poder Executivo novo texto do PL 163/2024, e que, portanto, exige nova discussão, mas que a Presidência da Casa, por meio de ato do seu Presidente, o N. Vereador Milton Leite, colocou o novo texto do projeto de lei em regime de votação antes de findadas as audiências designadas e portanto, antes de satisfeito o critério legal de participação popular do processo legislativo”.

É continuam: “Conclui-se que restou violada a premissa estabelecida no Art. 41, caput, da Lei Orgânica do Município, e por consequência, também violados os princípios da legalidade e da moralidade insculpidos no art. 37 da Constituição Federal, o que permite pronta intervenção do Poder Judiciário para determinar a correção das ilegalidades cometidas”.

A ação também aponta que a presidência da Câmara de São Paulo não permitiu a participação social nas discussões do projeto em audiências públicas.

Inicialmente, cinco encontros foram marcados entre os dias 15/04 e 27/04. Segundo os proponentes da ação, a convocação foi feita com tempo hábil menor do que o necessário para que a votação pudesse ocorrer nesta quarta-feira.

“Após a apresentação do PL 163/2024 pela municipalidade, na contramão do rigor necessário para a avaliação de um projeto que trata da prestação de um serviço público de fundamental importância para a saúde da população, uma série de atos da Presidência da Câmara Municipal de São Paulo violou reiteradamente a garantia de participação social em proposições que afetam o Plano Municipal de Saneamento Básico, conforme disposto pelo artigo 41, incisos VIII e IX da Lei Orgânica do Município”, diz o documento.

Rayssa Leal conquista marca histórica e é campeã em torneio de skate nos EUA

Rayssa Leal conquistou o título na decisão do San Diego da Street League Skateboarding (SLS), nos Estados Unidos. Com a maior nota em uma manobra em sua carreira até aqui, a Fadinha completou seu desempenho com um 9.0, neste sábado (20).

Esta foi a 8ª vitória de Rayssa Leal em nove etapas disputadas nos Estados Unidos e seu 10º título na SLS. “Estou muito feliz com essa vitória. Fiquei muito nervosa nas semifinais, mas felizmente consegui passar. Todas as skatistas estão de parabéns pelo que fizeram aqui hoje”, disse Rayssa logo

após a vitória em San Diego.

Rayssa venceu neste sábado com uma pontuação de 33.9. Em sua última manobra, já com o título garantido, ela fechou sua participação com o 9.0 cravado. A australiana Chloe Covell ficou em segundo, com 29.8, seguida da japonesa Fuina Nakayama, com 21.6.

No masculino, o brasileiro Giovanni Vianna ficou com o vice, com 33.4. O título ficou com o estadunidense Braden Hoban, que somou 35.5 na final. O também brasileiro Kelvin Hoefler ficou em quarto com 26.9, seguido de Felipe Gustavo em quinto com 26.1.



Funcionários da Eletrobrás repudiam proposta que prevê corte de salários

Os funcionários da Eletrobrás condenaram a proposta apresentada pela empresa durante as negociações para o Acordo Coletivo de Trabalho. Após iniciar um processo de enxugamento do quadro de pessoal desde a privatização, em 2022 – deixando inclusive o sistema elétrico brasileiro em risco de colapso – agora, a empresa pretende legalizar medidas como redução salarial e demissões em massa.

De acordo com o Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE), a empresa propõe a redução de 12,5% no salário de trabalhadores que recebem até R\$ 15.572. Desde a privatização mais de 4 mil, do total de 12 mil funcionários, já foram demitidos por meio de PDV.

Em manifesto divulgado nesta sexta-feira (19), o Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Energia do Rio de Janeiro e Região (Sintergia-RJ) afirma que a tentativa da empresa é “normalizar junto à opinião pública o discurso de que não é nada demais tirar dinheiro do bolso dos trabalhadores e trabalhadoras e que isso faz parte do processo de negociação do Acordo Coletivo. Ledo engano. As entidades sindicais sabem que a redução de salários é só o primeiro passo para impor uma agenda de demissões em massa, hoje proibida”.

“É importante esclarecer que redução salarial é autorizada pela legislação brasileira desde a promulgação da Constituição Federal de 1988. No entanto, ela só é permitida mediante uma Convenção Coletiva de Trabalho, que é um acordo feito entre empregadores e sindicatos. E nesse sentido, não há possibilidade do Sintergia-RJ e demais sindicatos aceitarem essa proposta”, afirma a entidade.

“O discurso colocado de forma proposital na mídia não irá confundir a categoria. Ela sabe que os sindicatos defendem seus direitos e não a retirada deles. A mensagem de redução de salários pode agradar aos investidores que querem ganhar mais dinheiro, mas não a quem vende sua mão de obra. Como diz o ditado: em direito não se mexe”, afirma o manifesto.

A entidade também rebate o discurso de que as medidas buscam impactar as “dificuldades financeiras da empresa” e afirma que, ao contrário do que diz, “a Eletrobrás registrou um lucro de R\$ 4,4 bilhões em 2023”, resultado “21% superior ao registrado em 2022, quando a companhia lucrou R\$ 3,6 bilhões; o Ebitda [sigla para lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização] totalizou R\$ 17 bilhões. Ou seja, não há motivos para investir sobre os salários dos trabalhadores”, afirma.

DEMISSÕES EM MASSA

Em relação às demissões em massa, o que a empresa pretende é legalizar a medida com “regras mais flexíveis”, ou seja, sem negociação, sem planos ou direitos aos trabalhadores. Entre a proposta apresentada está a retirada de uma cláusula do acordo coletivo firmado em 2022, que estabelece que cortes de funcionários somente podem ser feitos por meio de um “plano de desligamento voluntário incentivado”.

Contra a proposta indecente da Eletrobrás, o Sindicato afirma que as entidades dos eletricitários “têm se articulado em Brasília para buscar apoio para o fechamento do ACT em bases justas”. “Recentemente os dirigentes sindicais se reuniram com o Ministro do Trabalho, Luiz Marinho, que se prontificou a ajudar na negociação. A interlocução tem sido realizada também com outros Ministérios, deputados e senadores, fazendo valer a lembrança de que o governo detém 43% das ações e precisa, de alguma forma, exercer algum tipo de interferência dentro da Eletrobrás privatizada”, destaca.

“MP valida privatização e contraria discurso de retomada da Eletrobrás”

Em entrevista ao Canal Faixa Livre, o diretor da Associação dos Empregados de Furnas (Asef) e representante do Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE), Victor Costa, criticou a recente edição pelo presidente Lula da medida provisória (MP 1.212/2024), que objetiva diminuir a conta de luz em 3,5% com recursos advindos da privatização da Eletrobrás.

De acordo com Victor Costa, a medida “valida a privatização” e vai na contramão do discurso do presidente de “retomada da Eletrobrás para o povo brasileiro”.

“Quando o governo busca esses recursos advindos da privatização da Eletrobrás, algo em torno de R\$ 27 bilhões, ele, de certa forma, está validando essa privatização, legalizando essa privatização”, disse.

Segundo Victor, há aí uma “contradição” quando, da mesma forma que o governo faz um discurso de retomada da Eletrobrás, ele quer se utilizar de recursos advindos dessa privatização. “Acho que nossas atitudes devem ser coerentes com nossas palavras”, afirmou o eletricitário.

Para Victor Costa, além do mais, ações imediatistas como medidas provisórias para um setor tão complexo como o elétrico, seja para a segurança energética como para baixar tarifas, é sempre um perigo e chega a causar “arrepios”, como foi a reação a essa MP.

“Não são soluções a curto prazo [que vão resolver], que num primeiro momento pode provocar uma redução de tarifa de até 5%, mas é como se você tivesse asfixiando a tarifa”. “No efeito de asfixia, naturalmente quando você tira as mãos do peçoço, vem um fluxo grande de oxigênio, pela demanda represada, e isso já aconteceu diversas vezes na história do Brasil. Sempre que se tentou buscar soluções a curto prazo para um setor tão complexo, no médio e no longo prazo, essa conta veio a ser paga numa proporção muito maior do que a intenção inicial”, explicou.

“O governo ficou cinco meses para editar essa MP e a repercussão foi tão negativa, que logo no dia seguinte, o Executivo estabeleceu um grupo de trabalho de onze especialistas para pensar o setor elétrico brasileiro. O mais correto teria sido buscar esses especialistas antes da elaboração da MP”, criticou.

Governo propõe 9% em 2025, mas mantém reajuste zero para este ano



Manifestação dos servidores em Brasília reúne milhares e afirma: “Há dinheiro para reajuste”

Os servidores públicos de universidades e institutos federais realizaram, na manhã desta quarta-feira (17), uma marcha em direção ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), na Esplanada dos Ministérios, em Brasília.

Durante o ato, Gustavo Seferian, presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN) condenou a proposta do governo federal de manter congelado o salário dos servidores neste ano. “0% é uma vergonha. Uma vergonha na medida em que há, sim, espaço no orçamento para os serviços públicos. Há espaço sim para investimento na educação, na saúde e outros tantos serviços indispensáveis para a classe trabalhadora ter condições dignas de viver”, disse.

“É fundamental que nós apontemos a falta de disposição política de destinar os fundos públicos para os servidores e servidoras, entregando para os rentistas, para o sistema financeiro, aquilo que é uma conquista do povo em

nossa história”, completou.

Entoando palavras de ordem como “0%, eu não aguento! Eu quero orçamento!”, os servidores carregavam faixas com as principais reivindicações dos docentes, cobrando do governo federal reajuste salarial ainda em 2024, recomposição orçamentária, reestruturação da carreira e revogação de normas aprovadas nos governos Temer e Bolsonaro.

“Não vamos aceitar que a nossa categoria seja dividida em classes, e que uma ganhe mais que a outra. Queremos reajuste para todos, ativos, aposentados e pensionistas”, disse um representante da Federação de Sindicatos dos Trabalhadores Técnico-Administrativos em Educação das Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (Fasubra).

A presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Manuella Mirella, afirmou que os estudantes são solidários às reivindicações dos servidores e destacou a importância de se unificar as pautas da educação em busca de mais investimentos no ensino superior brasileiro.

“Os estudantes estão aqui em luta para que a gente consiga garantir a recomposição dos orçamentos da universidades federais, para a construção de restaurantes universitários, ampliação e garantia de bolsas de assistência estudantil, pela aprovação da lei nacional de assistência estudantil, para que a gente consiga construir juntos uma reforma universitária estruturante para que a universidade brasileira seja de verdade do tamanho dos desafios e dos sonhos que nós queremos”, disse Mirella.

Desde 11 de março, os funcionários das universidades e institutos federais estão em greve. Na última segunda, os docentes reforçaram o movimento, paralisando as instituições em defesa do reajuste salarial. As entidades consideraram “uma violência contra os servidores” a proposta apresentada na última reunião, em que o governo manteve o reajuste zero e desmontou a Mesa Nacional de Negociação com os funcionários públicos e propôs apenas reajuste em benefícios.

Servidores da Educação fazem assembleias para avaliar proposta apresentada no dia 19

Em reunião de mais uma mesa de negociação, nesta sexta-feira (19), o governo apresentou uma contraproposta de reajuste salarial às entidades que representam os técnico-administrativos em educação. Ainda mantendo o reajuste zero para 2024, a proposta prevê 9% em 2025 e 3,5% em 2026.

A categoria, que está em greve desde o dia 3 de abril, se manifestou em frente à sede do Ministério da Gestão e Inovação (MGI) enquanto a reunião ocorria.

“A gente entende que essa proposta é um descalço com a educação, com a nossa mobilização, com as nossas manifestações. O movimento está crescendo e o governo não fez nenhum apontamento para a gente”, disse Pedro Henrique Almeida Tavares, do Sindicato dos Técnico-Administrativos da Universidade Federal do Tocantins (Sintad-TO), ao portal Metrópoles. “A tendência agora é que o movimento continue”, afirmou.

De acordo com Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe), e a Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (Fasubra), que representam os servidores, “como o resultado da reunião foi insatisfatório”, a expectativa é que as bases recham a proposta em suas assembleias locais” e que a greve continue.

“Desde 3 de abril o Sinasefe está em greve nacional – a qual

já paralisa, por tempo indeterminado, mais de 485 unidades de ensino em 23 estados e também no Distrito Federal. E uma das principais pautas da nossa greve é justamente a reestruturação das carreiras do PCCTAE e do EBTT, além da recomposição salarial das perdas financeiras dos governos Temer e Bolsonaro”, afirma o sindicato.

Para o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN), mesmo não sendo um cenário ideal, a intensa mobilização e greve da categoria forçou o governo a avançar na proposta.

“A greve da educação fez o governo se movimentar de uma inércia de meses. Encontrou mais espaço no Orçamento e atendeu pedidos que há muito vinham sendo pleiteados pela categoria docente, que sequer arranhavam o erário”, afirmou o presidente do Andes-SN, professor Gustavo Seferian. Segundo ele, “ainda é uma movimentação tímida, mas revela o quanto a greve é o meio eficaz na conquista de avanços e vitórias em defesa do serviço público. A crescente mobilização aponta certamente que há mais que podemos conquistar”, disse.

Da mesma forma avalia o professor Roberto da Justa, vice-presidente do Sindicato dos Docentes das Universidades Federais do Estado do Ceará (ADUFC): “Percebemos nitidamente a greve como instrumento de pressão, demonstrando a importância do movimento grevista atual e a força dos professores”.

“Para Nova Indústria Brasil avançar, é preciso reduzir a taxa de juros”, diz CTB em audiência no Senado

O programa Nova Indústria Brasil (NIB) foi tema de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos (CDH), do Senado Federal, na última quarta-feira (17). Convocada pelo presidente da comissão, senador Paulo Paim (PT-RS), a audiência reuniu representantes do setor empresarial, governo e trabalhadores.

O Nova Indústria Brasil foi lançado a partir de discussões do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI) e prevê um aporte de R\$ 300 bilhões para financiamentos até 2026.

O vice-presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Ubiraci Dantas de Oliveira, o Bira, destacou a necessidade de o governo brasileiro superar os obstáculos que impedem a efetivação do programa e apontou a necessidade de redução da taxa Selic, hoje em 10,75%, como forma de garantir o fortalecimento da indústria nacional com aumento do investimento público.

“Para este ano de 2024, foi destinado, na LDO [Lei de Diretrizes Orçamentárias], R\$ 1,7 trilhão para o capital especulativo, os bancos, e R\$ 2 trilhões para o restante do país. As taxas de juros são exorbitantes e impedem, concretamente, o desenvolvimento no país. Não sobra dinheiro para investir nas outras questões. O Lula está certo quando pede redução dos juros e precisamos enfrentar o sistema financeiro”, defendeu o vice-presidente da CTB.

Bira lembrou ainda que nos últimos 12 meses foram direcionados R\$ 750 bilhões para o sistema financeiro, como parte das metas estabelecidas pelo chamado arcabouço fiscal, o novo teto de gastos do ministro Fernando Haddad. “Temos que driblar esse arcabouço fiscal, que é atraso de vida para o Brasil, porque impede um investimento maior. Acabar com isso é fundamental para que a gente possa definitivamente colocar o Brasil no rumo do desenvolvimento”, disse Bira ao Portal Vermelho, logo após a reunião.

O presidente da comissão, senador Paulo Paim (PT-RS), disse que a redução dos juros é uma luta permanente e, por isso, o presidente Lula tem se posicionado “tão firme”. “A taxa continua alta, mas eu acredito que com a pressão do governo, o Banco Central

vai acabar diminuindo o valor desses juros que são exorbitantes”.

Em sua apresentação, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário (Contricom) também destacou a importância de reduzir a taxa de juros. “A grande imprensa e o chamado mercado só falam nisso: atingir o déficit zero ou até atingir um superávit, e esta semana vimos um grande barulho diante do recuo de 0,5% de superávit para 0%, mas não falam uma palavra sobre o grande déficit que é o provocado pela dívida interna, turbinado pelos juros altos do Banco Central, que só no último ano consumiu mais de R\$ 700 bilhões dos cofres públicos” disse.

A entidade destacou, ainda, que reconhece os limites do governo diante da redução dos juros, provocado pela aprovação da lei de independência do BC pelo Congresso Nacional, após iniciativa do governo Bolsonaro. “Mas o fato é que esse acabou sendo um dos principais gargalos do setor, fato reiterado pela CNI [Confederação Nacional da Indústria] e seu braço da construção, a CBIC”, afirmou o documento.

“A CBIC (Câmara Brasileira da Indústria da Construção) projetou um PIB setorial de 2,5% em 2023, depois revisou para 1,5%, e acabamos fechando com uma retração de quase 1%, por responsabilidade desses juros que só beneficiam os chamados rentistas, tornando os custos maiores para as empresas do setor, como também para os que buscam o financiamento habitacional, que é um dos braços fundamentais da indústria da construção”, ressaltou.

Representando a CNI, Samantha Ferreira e Cunha, gerente de Política Industrial da Confederação, considerou que o momento é positivo para o desenvolvimento de uma política industrial no país, e destacou que “precisamos apoiar as pequenas e médias empresas. [A NIB] deve ser uma política de Estado, para recuperar o que foi destruído”, declarou.

Lembrando que a indústria no Brasil já representou 30% do produto interno bruto (PIB) nos anos 1980, mas que agora responde por apenas 15%, Samantha Cunha afirmou que cada R\$ 1 gasto na indústria, movimentam-se R\$ 3 na economia como um todo.

HP
CHARGE DO ÉTON

"Se todos quisermos, faremos desse país uma grande nação"

Tiradentes
21 de abril



Said Khatib/AFP

Drones israelenses irradiam choro de criança para atrair e matar palestinos de Gaza

Em meio ao crescente debate nas redes sociais sobre a psicopatia que atormenta a sociedade israelense, em meio ao genocídio em Gaza e aos pogroms na Cisjordânia, um relato do portal árabe Middle East Eye (MEE), parece confirmar as piores preocupações. Drones israelenses que transmitem o choro de crianças e vozes de mulheres pedindo socorro para atrair quem quer que tente ajudar e os eliminar a tiros, como ocorreu no domingo (14) no campo de refugiados de Nusseirat em Gaza.

Uma “esperteza”, por assim dizer, muito nazista e, sob o ponto de vista psiquiátrico, tenebrosa, já que implica na opção consciente por matar civis, usando como isca sua identificação com o sofrimento alheio e apego a proteger as crianças.

Uma testemunha relatou ao MME o que chamou de “nova tática bizarra”, com quadricópteros israelenses reproduzindo gravações de áudio de bebês e mulheres chorando “para atrair palestinos para locais onde possam ser alvejados”.

“No domingo e na noite de segunda-feira, moradores das partes ao norte do campo de refugiados de Nusseirat, em Gaza, acordaram com o som de bebês chorando e mulheres pedindo ajuda”, registrou o portal. E quando saíram para localizar a origem dos gritos e prestar socorro, os quadricópteros israelenses abriram fogo diretamente contra eles.

Samira Abu Al Leil, moradora do campo de refugiados, disse ao Middle East Eye que ouviu quadricópteros israelenses abrindo fogo durante e logo após tocar os sons gravados, que duraram vários minutos e se repetiram várias vezes na noite de segunda-feira.

“Ouvi uma mulher chorando e gritando por socorro, dizendo: ‘Me ajuda, meu filho foi martirizado’. Os sons vinham da rua e eram bizarros”, disse outro morador. “Alguns homens correram para o resgate, apenas para serem baleados pelos quadricópteros que permaneceram vagando a noite toda”. Os drones israelenses “estavam atirando em qualquer coisa que se movesse”.

“A noite, as ruas geralmente estão vazias e os homens estão dentro de suas casas”, acrescentou Leil. “Quando os quadricópteros abrem fogo, eles só atingem os telhados e as ruas, não encontram pessoas para atirar. Então eles tocavam esses sons porque conhecem a natureza da nossa sociedade; eles sabem que os homens iam tentar ajudar. Eles queriam que eles saíssem para poder atirar”, disse.

“Ontem e na noite anterior, balas de quadricóptero atingiram nosso telhado, porta e rua em frente à nossa casa. Mas ontem de manhã, eles dispararam algum tipo de bomba explosiva com estilhaços que se espalha por todo o nosso bairro, deixando muitos moradores feridos”.

Muhammed Abu Youssef, de 19 anos, disse ao MEE que por volta das 2h de segunda-feira ouviu os gritos dos bebês. No entanto, como as pessoas estavam postando nas redes sociais para conscientizar sobre a origem desses sons, ele optou por não se aventurar na rua.

“Havia sons diferentes vindos dos quadricópteros. Faziam barulho; algumas gravações eram compreensíveis e outras não. Eles duraram cerca de 30 a 60 minutos, então os quadricópteros começaram a abrir fogo e disparar bombas no bairro”, ele disse. “Não saímos, porque sabemos que eram apenas gravações tocadas pelos quadricópteros para nos atrair a sair”.

Um vídeo gravado por um morador do campo de refugiados de Nusseirat, e que circula nas redes sociais, mostrava sons de bebês chorando, enquanto o morador explicava que eram sons pré-gravados tocados por quadricópteros israelenses.

“Nos últimos três dias, houve pelo menos 12 feridos devido aos disparos de quadricópteros. Só nesta manhã, resgatamos seis pessoas que ficaram feridas no bairro. Os ferimentos foram graves: alguns foram baleados diretamente na cabeça.”

MENINA BALEADA NOS BRAÇOS DA MÃE

Em outro episódio de crime de guerra perpetrado em Gaza, este descrito pela CNN, que não pode ser acusada de favorecimento dos palestinos, também no domingo (14) “uma menina de 5 anos foi baleada na cabeça por soldados israelenses”, no que o canal de notícias norte-americano registrou como o caos que se seguiu depois que milhares de palestinos foram impedidos de voltar para suas casas no norte de Gaza.

“Um vídeo mostra um homem carregando uma menina de 5 anos chamada Sally Abu Laila, que estava sangrando de sua cabeça, com pessoas se aglomerando ao seu redor em pânico tentando cobrir seu ferimento. Sua mãe Sabreen disse à CNN que sua filha estava em seus braços quando soldados israelenses atiraram contra ela”.

Conforme a CNN, Sabreen, ao lado de seus quatro filhos, tentava atravessar o posto de controle, quando dois jovens se espremeram entre ela e outras mulheres que aguardavam na fila, “levando soldados israelenses a disparar contra eles”.

“Tentei colocar minha filha no chão para andar, mas ela não conseguia se mexer. Vi minhas mãos cobertas de sangue. Eu a chamei: ‘Sally! Sally!’”, mas ela não respondeu”, disse Sabreen.

A mãe conseguiu afinal chegar ao hospital Al-Aqsa Martyrs, onde sua filha ainda está na UTI. O canal de notícias norte-americano não conseguiu uma resposta do exército israelense confirmando ou negando os disparos contra os civis.

Engenheiro da Boeing relata desprezo da empresa pela segurança dos aviões



Sam Salehpour, engenheiro da Boeing, ao testemunhar no Senado dos EUA

Artistas australianos se unem no repúdio ao genocídio de Israel na Faixa de Gaza

Artistas e comunicadores da Austrália têm se pronunciado denunciando o genocídio de Israel contra os palestinos, afirmando que os crimes são acompanhados por um ataque contra a liberdade de expressão, com os opositores dos crimes de guerra sujeitos a calúnias, mentiras e intimidação por parte de lobistas sionistas, dos meios de comunicação social corporativos, de instituições oficiais e do governo. As vozes críticas nas artes têm sido um alvo particular, afirmaram.

Hugo Weaving, um dos atores mais famosos da Austrália, conhecido internacionalmente por seus papéis nos filmes Matrix e O Senhor dos Anéis, em declarações ao jornal Sydney Morning Herald alertou na sexta-feira (12) para um clima de medo, com as pessoas “intimidadas para que não falem” contra as atrocidades de Israel.

Figura importante na televisão, no cinema e no teatro há mais de trinta anos, recebedor de seis prêmios da Academia Australiana de Cinema e Televisão, ao apontar para o quadro de intimidação mais amplo que foi cultivado no país, Weaving referiu-se especificamente à experiência de seu filho, o jovem ator Harry Greenwood, que foi vítima de um ataque brutal junto com dois outros atores porque vestiram o lenço palestino, keffiyeh, durante a chamada ao palco de uma produção da Companhia de Teatro de Sidney (Sydney Theatre Company), STC, da peça As Gaivotas, de Anton Chekhov, em 25 de novembro.

“Aquele protesto muito silencioso, nem foi notado na noite de estréia. Realmente, não foi. Eu estava lá. Não notei o keffiyeh. Foi o fato de terem sido atacados na manhã seguinte no jornal nacional [o australiano] e de aqueles três atores serem chamados de atores sem valor, inexperientes, quando dois deles interpretavam papéis principais. Eles foram difamados e chamados de anti-semitas, e foram convidados a renunciar. Isso é deliberadamente desagregador e é terrível. O clamor foi terrível”, assinalou Weaving.

“Os meios predominantes de comunicação australianos outros meios corporativos lamentavelmente apresentaram o uso de lenços palestinos como equivalente a uma declaração de apoio ao terrorismo. Apoiadores de alto nível de Israel alegaram que os keffiyehs estavam “desencadeando terror” e os fizeram sentir “inseguros”. Dois membros do conselho do STC renunciaram e a apresentação foi cancelada.

Os atores frisaram que a campanha não foi apenas absurda, mas também completamente racista, denunciando as medidas que defendem que roupas associadas aos palestinos deveriam ser proibidas, numa espécie de extinção cultural que acompanha a tentativa de extinção física do povo de Gaza por parte de Israel. A exigência de inclusão numa lista negra de uma peça de vestuário associada a qualquer outro grupo étnico ou religioso teria sido denunciada como a pior xenofobia, mas não neste caso, ressaltaram.

Weaving observou: “Eu acho que não houve comentários suficientes do STC. Acho que o problema em nosso país é que somos todos intimidados a não falar abertamente. E esse é o problema que tenho. Acho que isso se aplica aos mais altos escalões do poder em nosso país e nos EUA”.

Weaving esteve na Irlanda nos últimos meses, atuando em uma peça intitulada The President. “É interessante estar na Irlanda; eles são muito mais sensatos ao falar sobre Gaza e a Palestina, muito mais sensatos”, disse. “É ótimo ouvir tantos

artistas e advogados judeus incrivelmente inteligentes se levantando e falando sobre as várias coisas que Harry estava tentando destacar, muito baixinho”, assinalou.

“Reconhecemos que há coisas que poderíamos ter feito melhor”, declarou a presidente do STC, Ann Johnson ao Herald. “Sabemos que alguns dos nossos doadores sentiram que não fizemos o suficiente e sabemos que alguns dos nossos artistas também sentiram que não fizemos o suficiente. Continuamos a ouvir e aprender e estamos empenhados em encontrar um caminho positivo a seguir”, disse, sem apontar nenhuma medida concreta.



Atriz judia Miriam Margolyes, condena matança em Gaza

CULTURA PALESTINA

Em outro exemplo recente, a atriz anglo-australiana Miriam Margolyes, de 83 anos, que atuou em vários dos filmes da série de Harry Potter, condenou veementemente os crimes de guerra de Israel.

Em um vídeo nas redes sociais, Margolyes, que é judia, afirmou: “Nunca tive tanta vergonha de Israel como tenho neste momento. Para mim parece que Hitler venceu. Netanyahu transformou nós, judeus, de sermos compassivos e atenciosos e de não fazermos aos outros o que você gostaria que fizessem a vocês, para esta nação cruel, genocida e nacionalista, que persegue e mata mulheres e crianças”.

“Em nome da humanidade, apelo a todos os judeus para exigirem, implorarem, gritarem por um cessar-fogo. Não é antisemitismo ter agora uma opinião diferente sobre as ações durante a guerra.”

“Esses números estão aumentando dia a dia”, assinalaram os destacados especialistas em direitos humanos.

“Ataques persistentes e insensíveis às infraestruturas educativas em Gaza têm impacto devastador a longo prazo nos direitos das pessoas de aprender e de se expressarem livremente, privando mais uma geração de palestinos do seu futuro”, afirmaram as especialistas, informando que as consequências desses crimes é que mais de 625 mil estudantes ficaram sem acesso à educação. Pelo menos 80% das escolas do enclave estão completamente destruídas ou danificadas, revelaram.

“É razoável questionar se existe um esforço intencional para destruir de forma abrangente o sistema educacional”, observaram, depois de mencionarem que o que observaram foi “a aniquilação sistemática da educação através da prisão, detenção e assassinato de professores, estudantes e funcionários e a destruição da infraestrutura educacional”.

Além das escolas, a destruição inclui também bibliotecas e lugares patrimoniais como o Arquivo Central de Gaza, que guardava 150 anos de história, enquanto a Universidade de

Escolas palestinas são alvos preferidos pelas bombas de Netanyahu, denuncia a ONU

625 mil estudantes ficaram sem acesso à educação; 5.500 alunos, 261 professores do ensino primário e secundário e 95 professores universitários foram assassinados. Mais de 8.000 estudantes e 756 professores ficaram feridos.

A relatora das Nações Unidas sobre o Direito à Educação, Farida Shaheed; a relatora para os Territórios Palestinos Ocupados, Francesca Albanese; a relatora para os Direitos Humanos dos Deslocados Internos, Paula Gaviria; e mais uma dúzia de especialistas da Organização Internacional denunciaram, na quinta-feira (18), a destruição sistemática e intencional do sistema educacional palestino, particularmente na Faixa de Gaza, onde quase 5.500 estudantes, 261 professores do ensino primário e secundário e 95 professores universitários foram assassinados, enquanto mais de 8.000 estudantes e 756 professores ficaram feridos.

“Seis meses de bombardeios incessantes e um cerco implacável transformaram Gaza até deixar ela irreconhecível. Casas, escolas e hospitais foram reduzidos a escombros, sob os quais jazem inúmeros cadáveres”, disse Lazzarini, garantindo que os menores “levam a pior parte”.

“Mais de 17 mil crianças são abandonadas à sua sorte depois de serem separadas das suas famílias, tendo que enfrentar o horror sozinhas”, observou.

Nesse sentido, expressou o seu descontentamento com postura de Israel de negar autorizações à UNRWA para entregar ajuda humanitária, um atropelo que ocorre apesar das ordens do Tribunal Internacional de Justiça (CIJ) para aumentar o fluxo deste tipo de assistência. “Alimentos e água potável estão à espera do outro lado da fronteira, mas a permissão à UNRWA para entregar esta ajuda e salvar vidas é negada”, frisou.

O bombardeio indiscriminado cometido por ar, terra e mar por Israel na Faixa de Gaza mata ou fere uma criança palestina a cada dez minutos denunciou a UNICEF deixando desde o início da guerra o número “esmagador” de mais de 13.900 crianças assassinadas.

Leia matéria na íntegra em: www.horadopovo.com.br

“Tenho sérias preocupações sobre a segurança dos Boeing 787 e 777 e eu estou disposto a enfrentar um risco profissional para relatá-las”, afirmou no Senado dos EUA o engenheiro Salehpour

Na quarta-feira (17), em duas audiências do senado dos Estados Unidos, a Boeing foi denunciada por más práticas na fabricação de seus aviões. Um dos denunciantes, o engenheiro Sam Salehpour, testemunhou que a Boeing tornou-se como política da empresa uma “cultura de falta de segurança” e que ao reportar problemas para seus superiores foi intimidado e até “ameaçado com violência”.

“Eu tenho sérias preocupações sobre a segurança dos aviões 787 e 777 e eu estou disposto a tomar um risco profissional para relatar sobre estes fatos”, disse o engenheiro.

FORA DAS NORMAS

Em seu testemunho, Salehpour descreveu que na fabricação de seus aviões, a Boeing tem usado métodos fora das normas, como pessoas pulando em cima das partes do avião para fazê-las se encaixar e selar o espaçamento entre as partes do avião, deixando um espaço maior que 5 milésimos de polegada, acima das especificações da própria empresa.

A defesa da Boeing discordou dizendo que o espaçamento de 5 milésimos é de um fio de cabelo ou duas folhas de papel e que as especificações da própria empresa Boeing são muito exageradas. Salehpour, respondeu que

Escolas palestinas são alvos preferidos pelas bombas de Netanyahu, denuncia a ONU

625 mil estudantes ficaram sem acesso à educação; 5.500 alunos, 261 professores do ensino primário e secundário e 95 professores universitários foram assassinados. Mais de 8.000 estudantes e 756 professores ficaram feridos.

A relatora das Nações Unidas sobre o Direito à Educação, Farida Shaheed; a relatora para os Territórios Palestinos Ocupados, Francesca Albanese; a relatora para os Direitos Humanos dos Deslocados Internos, Paula Gaviria; e mais uma dúzia de especialistas da Organização Internacional denunciaram, na quinta-feira (18), a destruição sistemática e intencional do sistema educacional palestino, particularmente na Faixa de Gaza, onde quase 5.500 estudantes, 261 professores do ensino primário e secundário e 95 professores universitários foram assassinados, enquanto mais de 8.000 estudantes e 756 professores ficaram feridos.

“Seis meses de bombardeios incessantes e um cerco implacável transformaram Gaza até deixar ela irreconhecível. Casas, escolas e hospitais foram reduzidos a escombros, sob os quais jazem inúmeros cadáveres”, disse Lazzarini, garantindo que os menores “levam a pior parte”.

“Mais de 17 mil crianças são abandonadas à sua sorte depois de serem separadas das suas famílias, tendo que enfrentar o horror sozinhas”, observou.

Nesse sentido, expressou o seu descontentamento com postura de Israel de negar autorizações à UNRWA para entregar ajuda humanitária, um atropelo que ocorre apesar das ordens do Tribunal Internacional de Justiça (CIJ) para aumentar o fluxo deste tipo de assistência.

“Alimentos e água potável estão à espera do outro lado da fronteira, mas a permissão à UNRWA para entregar esta ajuda e salvar vidas é negada”, frisou.

O bombardeio indiscriminado cometido por ar, terra e mar por Israel na Faixa de Gaza mata ou fere uma criança palestina a cada dez minutos denunciou a UNICEF deixando desde o início da guerra o número “esmagador” de mais de 13.900 crianças assassinadas.

Leia matéria na íntegra em: www.horadopovo.com.br

Tribunais dos EUA atentam contra a liberdade de manifestação no Texas, Mississippi e Luisiana

A Suprema Corte dos Estados Unidos, ao resolver não ouvir a ação do movimento Black Lives Matter (Vidas Negras Importam, BLM, sigla em inglês) em defesa do ativista DeRay Mckesson, revoga, na prática, o direito ao livre protesto em três estados do sul dos EUA: Luisiana, Mississippi e Texas.

A decisão, tomada nesta segunda-feira (16), de não ouvir a petição denominada Mckesson V. Doe, culmina uma perseguição de anos pelo tribunal do Quinto Circuito, em uma cruzada contra De Ray Mckesson, ativista destacado do BLM, que teve início quando ele organizou um protesto diante de uma estação de polícia no Estado de Luisiana em 2016.

A perseguição redundou em uma ação movida contra DeRay Mckesson, um dos organizadores de protestos do BLM em Baton Rouge contra o assassinato de Alton Sterling por policiais. Na ação se tenta responsabilizar Mckesson pelo fato de um manifestante ter arremessado uma pedra que atingiu e feriu um policial referido no processo como Policial John Doe.

Ocorre que a Primeira Emenda da Constituição dos Estados Unidos confere direitos de liberdade de expressão, de imprensa, de reunião e o direito de petição ao Governo para reparação de queixas. E com a decisão da Suprema Corte do país fica valendo a decisão do Tribunal de Apelações dos Estados Unidos para o Quinto Circuito que tecnicamente aboliu em parte a Primeira Emenda para esses três Estados.

No próprio processo, consta que Mckesson não é responsável pelo arremesso da pedra e, pelas leis dos EUA, os organizadores de protestos não podem ser responsabilizados pelas ações violentas de seus participantes, proporcionando proteção para o livre exercício do direito de protestar. Até aqui a lei deixava claro que ninguém tem total controle dos participantes de protesto.

Já o caso defendido na ação Mckesson v. Doe, mostra que a acusação cria exceções à Primeira Emenda porque ignora qualquer proteção constitucional a organizadores de protestos e responsabiliza DeRay Mckesson

por qualquer incidente ocorrido durante o protesto, mesmo sem nenhuma evidência de sua culpabilidade no caso.

Além de tentar responsabilizar o organizador pelo arremesso da pedra, as acusações incluem fatos como o de que “o protesto começou em frente à delegacia de polícia, obstruindo o acesso ao edifício, falha em dissuadir manifestantes de roubar garrafas d’água e liderar o protesto em uma rodovia pública”.

Mckesson, de acordo com a Primeira Emenda, estaria protegido pelo direito ao protesto.

Ainda há a possibilidade da Suprema Corte dos EUA reverter essa draconiana posição do Tribunal do Quinto Circuito e assim restaurar os direitos conferidos pela Primeira Emenda nesses três Estados. Segundo a Juíza da Suprema Corte, Sonia Sotomayor, quando a Corte decidiu não ouvir o caso ela “não expressa nenhuma visão dos méritos”. De qualquer forma, enquanto a Corte Suprema se omitir, o que vai valer é a decisão do Quinto Circuito.

Biden pede e Câmara libera US\$ 26 bi a Israel para o genocídio em Gaza



Assim como no Chade e Níger a saída das tropas dos EUA foi exigida pelo povo (AFP)

Chade soma-se a outros países africanos e exige a retirada de tropas dos EUA

O Chade – um país do norte da África que faz fronteira com Líbia, Sudão, Camarões, Níger e Nigéria – pediu às tropas norte-americanas – um contingente estimado em 100 soldados – que interrompessem as atividades em uma base aérea perto da capital N'Djamena, segundo informam RT, CNN e Bloomberg.

Nos últimos dois anos, o que foi visto como o renascimento do sentimento anticolonialista no norte da África, sucessivos levantes cívico-militares em Burkina Faso, Mali e Níger levaram ao rompimento da subordinação à França, à retirada de tropas francesas e norte-americanas e a uma aproximação com a Rússia, em uma reedição dos vínculos entre a luta de libertação nacional na África e o destacado apoio soviético.

O pedido do Chade partiu do ministro das Forças Armadas do país, o chefe do Estado-Maior da Força Aérea, Idriss Amine Ahmed, e foi endereçado ao adido de defesa dos EUA.

As informações da Bloomberg falam que a ordem era de “parar” as atividades na base, enquanto a CNN, citando “fontes da inteligência”, disse que era para “sair totalmente da Base Aérea de Adji Kossé”. O Chade também teria ameaçado cancelar o Acordo de Status de Forças, documento que rege a forma como os militares dos EUA podem operar no país.

A Bloomberg, um porta-voz do Departamento de Estado asseverou que foi acordado entre os EUA e o Chade que o período após a próxima eleição presidencial chadiana seria o “momento apropriado para rever nossa cooperação de segurança”.

De acordo com a Reuters, o pedido do Chade foi feito depois que as tropas norte-americanas deixaram de fornecer documentos que justificassem sua presença lá. As autoridades chadianas não responderam aos pedidos de comentários da imprensa.

NÍGER AOS IANQUES: GO HOME

Os relatos surgem um mês depois de outro Estado africano, o Níger, ter rescindido um acordo militar de uma década com Washington, que permitia aos EUA manter um contingente de cerca de 1.000 homens no país, e duas bases, uma delas, a principal base de drones no norte da África. Em dezembro do ano passado, as tropas francesas completaram sua retirada do país, tudo muito a contragosto, claro.

Leia a íntegra em www.horadopovo.com.br



O projeto irá ainda à votação no Senado, onde já foi aprovado outro semelhante

Veto dos EUA à Palestina na ONU é ato “desonroso na história”, afirma Pequim

Com o veto à admissão do Estado palestino nas Nações Unidas, “os Estados Unidos opõem-se mais uma vez abertamente à moralidade internacional e à comunidade internacional, deixando mais um registro muito desonroso na história”, afirmou sábado (20) o ministro das Relações Exteriores e representante da China no Conselho de Segurança da ONU, Wang Yi.

Enquanto os EUA se isolavam, quinta-feira (18), vetando a adesão plena da Palestina como Estado membro, que já obtivera 12 votos – mais do que os nove necessários para o encaminhamento à Assembleia Geral – Pequim se empenhava para que fosse feita justiça. “A admissão imediata da Palestina nas Nações Unidas é um movimento para retificar uma injustiça histórica prolongada”, enfatizou o chanceler chinês.

De acordo com Pequim, a criação de um Estado independente tem sido o desejo há muito acalentado pelo povo palestino e a adesão formal às

Nações Unidas é um passo fundamental neste processo. A Palestina apresentou o seu pedido já em 2011, mas a ação do Conselho de Segurança foi arquivada devido à ferrenha oposição dos EUA em respaldo a Israel. Passados 13 anos, a solicitação palestina foi novamente rejeitada devido ao veto norte-americano. Como apontaram os chineses, “os sonhos de décadas do povo palestino foram impiedosamente destruídos e os povos do mundo vão se lembrar deste comportamento perverso dos EUA”.

Na avaliação da China, a incorporação da Palestina é uma obrigação internacional que precisa ser adotada e cumprida por cada Estado-membro da ONU, uma vez que o país já é reconhecido por 137 das 193 nações. “As Nações Unidas devem trabalhar para desempenhar o seu devido papel na resposta aos desafios globais, e o CS da ONU deve cumprir o seu dever de man-

ter a paz e a segurança internacionais”, defendeu Wang Yi, ressaltando que a comunidade internacional “tem profunda insatisfação e decepção com os Estados Unidos”.

A China reiterou que continuará trabalhando para desempenhar um papel construtivo, lutando pelo fim da agressão à Gaza, “aliviando a situação humanitária e promovendo a implementação da ‘solução de dois estados’”. Buscando justificar o injustificável veto, o governo de Joe Biden disse que o reconhecimento palestino como Estado e sua adesão às Nações Unidas precisam ser resultado de uma negociação bilateral com Israel, e não de um debate na ONU. Desde sua criação em 1948, o Estado de Israel tem demonstrado com sua ocupação dos territórios palestinos a ferro e fogo, que não aceita a decisão da ONU que estabeleceu os dois Estados. Portanto, o argumento de Biden é de um cinismo imensurável.



“Toda solidariedade à resistência palestina”, entoaram os iemenitas em Hodeida. Multidão no lêmén repudia ‘morticínio de Israel em Gaza’

Multidões de iemenitas voltaram às ruas do país árabe nesta sexta-feira (19) para manifestar “solidariedade à resistência palestina contra os crimes de Israel” e rechaçar o apoio dos Estados Unidos e de vários países europeus ao banho de sangue promovido por Netanyahu desde 7 de outubro na Faixa de Gaza. “São crimes atrozes contra a humanidade, são crimes de genocídio que perpetuam a fome do povo palestino”, repudiaram.

Sob o lema “Nossa batalha continua até que Gaza obtenha a vitória”, multidões ocuparam as praças da capital, Sanaá, e dos centros das províncias (estados) como Hodeida, Saada, Raymah e Marib, e fizeram tremular lado a lado as bandeiras do lêmén e da Palestina. Emocionadas, ergueram faixas e cartazes condenando a alian-

ça israeliano-estadunidense, e alertaram para o uso indiscriminado de armas militares proibidas, para a destruição de igrejas, escolas e hospitais, e a covarde agressão a mulheres, idosos e crianças.

Durante as marchas lideradas pelo vice-primeiro-ministro dos Serviços e Assuntos de Desenvolvimento, Dr. Hussein Maqbouli, pelo líder do governo, Muhammad Qahim, e pelos membros da Câmara dos Representantes e do Conselho, os participantes reiteraram o apelo à unidade dos países árabes para isolar e derrotar o regime de ocupação israelense.

Nos cantos e palavras de ordem, os manifestantes condenaram a postura submissa que ainda mantém alguns governantes que, subalternos frente

aos agressores, “abandonam até mesmo os laços de sangue, negligenciando sua defesa militar, política e midiática”.

De forma categórica, as lideranças alertaram ainda para “a manipulação que mantém sob um estado de dependência cega os regimes fantoches que implementam a agenda dos Estados Unidos e de Israel”, alertando que o número de vítimas desde o começo da agressão a Gaza já ultrapassa 33.970 mártires e 75.770 feridos. Com tamanho exemplo de abnegação e compromisso de irmãos de luta e de fé, recordaram, “a Resistência permanecerá firme diante do inimigo, apesar de todos os crimes, e juntamente com o seu povo superará todas as expectativas do adversário”.

O pacote também inclui US\$ 61 bilhões para a guerra por procuração da Otan contra a Rússia na Ucrânia e outros US\$ 8 bilhões para provocações contra a China em Taiwan

Depois de meses de idas e vindas, a Câmara dos Representantes dos Estados Unidos aprovou no sábado (20) um pacote que atende aos reclamos do presidente Joe Biden de que é inadiável entupir de armas e dinheiro o genocídio em Gaza, a expansão da Otan para leste e a provocação contra a milenar China em Taiwan.

Para Israel, serão US\$ 26 bilhões. Com 100 mil palestinos mortos e feridos em Gaza e 80 % das casas destruídas pela armas fornecidas pelos EUA a Israel, Washington emplaça um pacote que é seis vezes a “mesada” anual do Pentágono para o regime israelense – em suma, uma premiação ao genocídio e uma confissão de cumplicidade.

Para o regime neonazi de Kiev, serão US\$ 61 bi, para a luta “até o último ucraniano” contra os russos, a soldo da Otan, quando bastava manter a neutralidade e desistir de perseguir o Donbass e os falantes de russo, para não estar no beco sem saída em que se encontram, como quase se fechou no acordo em Istambul.

Para a provocação contra a China em Taiwan, violando o compromisso do reconhecimento feito décadas atrás de “Uma só China”, serão US\$ 8 bilhões.

O pacote de sangue e dólares deverá ser aprovado sem maior dificuldade no Senado, onde há dois meses projeto análogo já passara.

IMPÉRIO ‘BIPARTIDÁRIO’

Para a aprovação, o presidente da Câmara, o republicano Mike Johnson, fez uma manobra junto com a liderança republicana, para driblar a oposição de parte dos republicanos à extensão de mais dinheiro dos contribuintes para as guerras de Biden, com a votação em separado para Israel, Ucrânia, Taiwan e outras provocações. A votação que possibilitou a manobra foi por 311 (sendo 165 democratas mais 155 republicanos) a 112.

Os US\$ 26 bilhões para o genocídio que Israel perpetra em Gaza foram aprovados por 366 votos a 58, com apenas 21 republicanos e 37 democratas em oposição.

Os US\$ 61 bilhões para tentar esticar a guerra na Ucrânia foram aprovados por 311 a 112 (os que votaram contra eram todos republicanos).

Para a investida de Washington numa ‘Otan do Pacífico’, a chamada opção IndoPacífico, e na provocação contra a China no Mar do Sul da China e em Taiwan, foram aprovados US\$ 8 bilhões, por 385 votos a 34.

O último projeto a ser votado, a “Lei da Paz do Século 21 através da Força”, passou por 360 votos a 58. A lei permite que a Casa Branca decreta novas sanções contra a Rússia e o Irã,

além de banir a plataforma de compartilhamento de vídeos de propriedade chinesa TikTok, a menos que sua empresa-mãe, a ByteDance, aceite vender para Wall Street. O projeto de lei também autoriza a transferência de ativos russos congelados para Kiev, ilegalmente confiscados pelos EUA.

Zelensky, cujo mandato se encerra no dia 21 de maio, prontamente agradeceu a Biden pelo pacote, que ninguém acredita que mudará o desfecho dos combates no Donbass nem a sorte da Ucrânia, mas chega em boa hora, para adquirir alguma mansão a bom preço na Riviera ou na Costa azul espanhola.

“SEGURANÇA”

As mariposas da mídia conseguiram a façanha de classificar o pacote de aposta numa conflagração mundial como uma “assistência de segurança”.

As palavras mais duras de condenação ao pacote belicista vieram, por incrível que possa parecer, de deputados republicanos.

A deputada Marjorie Taylor Greene chamou o presidente republicano da Câmara “traidor” que permitiu que o Congresso enviase “dólares de impostos suados dos americanos para alimentar uma guerra externa”.

Greene chegou a propor um projeto alternativo que reduzia a zero o dinheiro para a guerra na Ucrânia, que não passou, só obtendo 71 votos.

O deputado Thomas Massie, que votou contra os quatro projetos, disse que Johnson se vendeu ao “pântano”, acrescentando que o presidente da Câmara “deveria renunciar” antes de concordar em “enviar US\$ 100 bilhões para guerras no mundo inteiro”.

Na votação do dinheiro para o genocídio em Gaza, quase 20 deputados democratas se manifestaram contra a entrega de “armas ofensivas” a Netanyahu. “O mundo está assistindo. Hoje é, em muitos aspectos, a primeira votação oficial do Congresso em que podemos pesar sobre os rumos dessa guerra. Se o Congresso votar para continuar a fornecer ajuda militar ofensiva, nós nos tornamos cúmplices dessa tragédia.”

“A maioria dos americanos não quer que nosso governo escreva um cheque em branco para promover a guerra do primeiro-ministro Netanyahu em Gaza”, eles sublinharam, acrescentando que os EUA “precisam ajudar Israel a encontrar um caminho para conquistar a paz.”

Também a veterana democrata Bárbara Lee criticou o projeto para Israel por não restaurar o financiamento da Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina. “Esta é uma grave abdicção das obrigações humanitárias dos EUA”.

Centrais argentinas convocam greve geral contra carestia, arrocho e as privatizações de Milei

“A reivindicação do 1º de Maio terá a ver não só com a comemoração desta data histórica, mas também terá como agenda um documento que propomos, o país que queremos construir nesta proposta de futuro. E no dia 9 de maio faremos uma greve de 24 horas pois ajuste algum pode ser feito sobre os setores mais vulneráveis”, declarou Héctor Daer, membro da executiva da Confederação Geral do Trabalho (CGT) da Argentina.

Conforme Daer, a mobilização é uma resposta ao governo de Javier Milei, que continua se fazendo de surdo diante do agravamento da crise argentina. O líder da CGT lembrou que em 24 de janeiro já havia ocorrido uma paralisação anterior, de alerta, sem que o governo tivesse feito os seus descaminhos.

“Decidimos fazer uma Greve Nacional contra o ajuste, o saque e a entrega do país que o governo Milei vem realizando e exigindo a revogação do Decreto de Necessidade e Urgência (DNU) – que precarizou as relações trabalhistas; liberou os preços de alimentos e aluguéis; facilitou o importa-

cionismo, prejudicando a empresa nacional; transformou todas as empresas estatais em sociedades anônimas ‘para posterior privatização’; e facilitou a estrangeirização de terras”, explicou o secretário-geral da Central dos Trabalhadores da Argentina Autônoma (CTA-A), Hugo Godoy. “Diante da possibilidade de unificação com a CGT e a CTA dos Trabalhadores, decidimos marcar a data para 9 de maio e ratificar esse apelo”, acrescentou.

Conforme Godoy, “Milei está violando a Constituição, como fez através do DNU”. Além disso, denunciou o sindicalista, tentou fazê-lo “com o projeto da Lei Ônibus – que escancara setores estratégicos da economia ao capital internacional -, e é isso que o faz perder a sua legitimidade”. “É um plano de rendição e pilhagem dos bolsos dos trabalhadores e das riquezas do país, violando a Constituição e construindo uma democracia absolutamente restrita e limitada ao poder despótico do presidente”, condenou Godoy, frisando que “os trabalhadores não vão permitir”.

Leia mais no site do HP

Foto: O lemenita



Campo de refugiados de Jabalia, em Gaza, após ataques de Israel em novembro de 2023 com bombas de 2000 libras (907kg), fornecidas por EUA

Floriano, a defesa da democracia e da independência econômica (2)

Continuação da edição anterior

Em termos genéricos, já mencionamos a observação de J. Natale Netto sobre a industrialização. Como ele também aponta, “já empossado, Floriano passou a reprimir a jogatina desenfreada e a impor o tabelamento dos gêneros alimentícios de primeira necessidade, ato que esbarrou, de imediato, na oposição dos especuladores, que se aliaram às correntes reacionárias de oposição ao governo”

CARLOS LOPES

Eaqui estamos em pleno projeto florianista. A questão é, exatamente, qual a política econômica de Floriano, que provocaria a reação dos maragatos gaúchos e dos aristocratas da Marinha, ao mesmo tempo que uniria, em torno do vice-presidente, a “mocidade estudantil, mocidade militar, intelectuais, camadas numerosas da população urbana”, a que ele se referiu em seu testamento.

Em termos genéricos, já mencionamos a observação de J. Natale Netto sobre a industrialização. Como ele também aponta, “já empossado, Floriano passou a reprimir a jogatina desenfreada e a impor o tabelamento dos gêneros alimentícios de primeira necessidade, ato que esbarrou, de imediato, na oposição dos especuladores, que se aliaram às correntes reacionárias de oposição ao governo” (p. 113).

Nelson Werneck Sodré é mais detalhado sobre a política econômica de Floriano:

“Poderosamente reforçada pelo grupo comercial, a classe dos senhores empreenderia a luta contra os elementos da classe média que, sensíveis às reivindicações burguesas, tentavam um reformismo modesto. O aspecto exterior dessa luta fixou-se na reação ao florianismo. Este, realmente, caracterizaria a sua ação administrativa por uma série de concessões à indústria nacional. A lei orçamentária para o exercício de 1892, muito mais por exigências fiscais naturalmente, elevava para 50% os adicionais sobre os direitos de importação, exceto para os alimentícios; alguns artigos, como os têxteis e bebidas, eram pesadamente taxados. Mas o florianismo foi mais longe e decretou auxílios pecuniários à indústria nacional, na conformidade com o que ficou estabelecido na lei de 17 de dezembro de 1892. Além disso, as indústrias foram beneficiadas com isenção de direitos sobre equipamentos e matérias-primas vindas do exterior. Toda essa política começaria a ser liquidada, em 1894, com o início do governo de Prudente de Moraes” (Nelson Werneck Sodré, **História da Burguesia Brasileira**, Civilização Brasileira, 2ª ed., 1967, p. 206).

Como observaram alguns historiadores e biógrafos (inclusive alguns que são insuspeitos em relação a Floriano, como José Maria Bello e J. Natale Netto), descendentes político-ideológicos dos inimigos do “Marechal de Ferro” (para usar o cognome que serviu de título ao perfil traçado por Euclides da Cunha)



procuram pintar um quadro desastroso do seu governo.

Um dos recursos mais solertes são as comparações do Produto Interno Bruto (PIB) entre o seu e outros governos da República.

Se o PIB (ou o crescimento do PIB) fosse uma medida de quanto é progressista um governo, Médici teria sido um presidente imensamente melhor do que Getúlio Vargas. E isso, certamente, não é verdade – os brasileiros o sabem, pelo que sentiram na própria pele.

A questão decisiva, portanto, não é o PIB, que é apenas um resultado econômico – e um resultado econômico superficial.

O que importa, para julgamento de um governo, é o caráter de sua política econômica. Por exemplo, se compararmos a política econômica de João Goulart com a política econômica da ditadura (seja a de Roberto Campos, seja a de Delfim Netto) não haverá muita dúvida de qual a política econômica – portanto, o governo – mais progressista em termos de democracia e independência nacional.

Reproduzimos acima o resumo de Nelson Werneck Sodré da política econômica de Floriano. É verdade que, em meio à baderna restauradora, o governo Floriano não conseguiu deslanchar uma ampla ação administrativa. Seu primeiro ministro da Fazenda, o futuro presidente Rodrigues Alves, limitou-se a medidas de contenção da desordem financeira. Mas seu segundo ministro da Fazenda, Serzedelo Correia, ex-capitão do Exército, era o maior defensor da indústria e da soberania econômica nacional no fim do século XIX e começo do século XX.

Porém, não é demais, além da anarquia econômica provocada pelas revoltas “federalista” e “da Armada”, enfatizar a herança que o governo Floriano recebeu após o desmonte da política de Rui Barbosa. Aqui, o leitor há de nos permitir mais uma citação mais ou menos longa:

“Era, pois, dos mais penosos o acervo que recebia o governo de Floriano com a vitória do contragolpe de 23 de novembro [a deposição de Deodoro]. A crise financeira mostrava os seus



índices naturais na constante baixa do câmbio, na desvalorização de todos os títulos e no decréscimo das rendas públicas. A situação de insegurança política e a liquidação da jogatina do Encilhamento tornavam ainda mais delicada a tarefa do novo governo (...). As consequências da abolição do trabalho escravo faziam-se sentir fortemente na escassez de braços para a agricultura, determinando também altos salários no trabalho livre dos campos. A grande lavoura de cana de açúcar do Norte, que não tivera, como a do café paulista, o colono estrangeiro para substituir o braço escravo, definhava, depauperando a já precária economia local. O Estado do Rio, dos velhos e opulentos barões latifundiários da Monarquia, inicia rápida decadência. O Brasil saía dos audaciosos planos do Governo Provisório, senão mais pobre, de certo mais cheio de apreensões e angústias, viciado pelos hábitos de jogo e de aventura, anarquizado política e administrativamente. A receita da União era de 208 mil contos, ou apenas 50 mil mais do que a do último exercício do Império. A circulação do papel-moeda dos bancos e do Tesouro, em sua maior parte concentrada no Rio, elevava-se de 200 mil, em 15 de novembro de 1889, a 514 mil contos, isto é, a mais do duplo da receita federal, o que ainda não se verificara, nem se verificou, parece, na história financeira do Brasil. A República não contraía empréstimos externos, contentando-se, pois, com os 29 milhões de libras que lhe legara o regime passado. Aproximava-se de 400 mil contos a dívida interna consolidada. A exportação do café e da borracha nativa da Amazônia, conservando mais ou menos o nível de 1889, £ 22 milhões para o primeiro, e £ 5.500 mil para o segundo daqueles produtos, sustentavam a economia nacional. As tentativas para fomentar a indústria fabril ainda não podiam produzir resultados apreciáveis: continuava o Brasil adstrito ao antigo tipo econômico de exportador de alguns gêneros coloniais e matérias-primas e de importador de todas as outras utilidades indispensáveis às suas mínimas exigências de consumo” (José Maria Bello, **História da República**, Companhia Editora Nacional, 1956, pp. 135-136).

As tentativas de ajudar a indústria (os “auxílios à indústria”) provocariam a ação do capitalismo financeiro inglês – isto é, do imperialismo – contra o governo brasileiro. Em 1892, Rangel Pestana, fazendo coro à banca inglesa no Congresso brasileiro, se manifestaria contra os “auxílios à indústria”, ou seja, contra os empréstimos estatais, propostos pelo governo às empresas industriais, por solicitação destas:

“A questão do auxílio às indústrias suscitou, em 1892, apaixonadas discussões teóricas a respeito do princípio da intervenção do Estado na esfera econômica. (...) No Senado, abriu o debate contrário ao auxílio, o representante de São Paulo, Rangel Pestana, alegando que o simples projeto já havia provocado, em Londres, a queda dos títulos brasileiros e invocando os maus resultados do auxílio à lavoura. (...) O que porém, inquietava, particularmente, Rangel Pestana, era o abalo que a medida produziria sobre o nosso câmbio e sobre o nosso crédito no exterior, **abalo previsto por um telegrama de Rothschild**, publicado nos jornais. A essa alusão a banqueiros estrangeiros, ergueram-se os industrialistas e Amaro Cavalcanti, negando que a concessão de auxílio às indústrias pudesse influir perniciosamente sobre o nosso câmbio, afirmava preferir votar leis necessárias ao país antes com os olhos nas necessidades deste, do que obedecendo ao mot d'ordre que nos vinha do estrangeiro, às vezes ditado no seu interesse, somente.

“Publicara o *Jornal do Comércio*, alguns dias antes a seguinte notícia: **‘Consta-nos que os Srs. Rothschild telegrafaram ao Sr. Ministro da Fazenda fazendo-lhe sentir que a emissão de apólices para auxílio às indústrias, se resolvida pelos poderes públicos, não será de bom efeito no crédito do país’.**

“Dois dias mais tarde transcrevia o mesmo órgão o seguinte telegrama, proveniente de Londres: ‘Os títulos brasileiros de 4% caíram hoje a 60 1/4. A queda é atribuída, primeiro a receção da emissão de cem mil contos de Bonds aduaneiros, que aqui se considera como aumento virtual da circu-

lação, o que se julga imprudente, e segundo a notícia de revolução no Rio Grande do Sul.’ (Os cem mil contos constituíam o montante que se pretendia emitir para auxiliar a indústria nacional)” (Nícia Vilela Luz, **A Luta pela Industrialização do Brasil**, Alfa Omega, 2ª ed., 1978, pp. 110-111, grifos nossos).

3

A outra das principais deformações usadas contra o período de Floriano Peixoto no governo da República é a oposição de alguns nomes famosos da intelectualidade – por exemplo, Rui Barbosa, Olavo Bilac, José do Patrocínio, Luís Murat e Pardal Mallet.

Tem-se a impressão, geralmente, de que a intelectualidade em peso ficou contra Floriano.

Mas isso não é verdade.

Apenas é um efeito do ocultamento daqueles que foram partidários de Floriano – como Raul Pompeia, Euclides da Cunha, Coelho Neto, Artur Azevedo, Medeiros e Albuquerque, Luiz Edmundo, Guimarães Passos.

Hoje, nas escolas, o romance antiflorianista **Triste Fim de Policarpo Quaresma**, de Lima Barreto, tornou-se, parece, leitura obrigatória. Do ponto de vista político, o romance é um equívoco semelhante à famosa crônica em que o mesmo autor considera o Império – a superestrutura da escravidão – superior à República. Para um homem que não era branco, essa constatação é algo semelhante a uma alucinação.

Lima Barreto ficará na história da literatura brasileira, mas não pelo seu equívoco e reacionário antiflorianismo – que, no limite, como nos demais antiflorianistas, contacta (quando não vai além do contacto) com o antirrepublicanismo. Aliás, do ponto de vista estritamente literário, **Clara dos Anjos**, também de Lima Barreto, nos parece superior a **Triste Fim de Policarpo Quaresma**. Mas isso o leitor, certamente, pode decidir por si próprio.

Quanto a Rui Barbosa, sua divergência com Floriano, que o levou ao exílio na Inglaterra, é completamente formal. Rui não tem divergências quanto à política econômica. Ele

Não é um acidente que os homens que lideraram as revoltas contra Floriano – aquelas reunidas sob os nomes de “revolta federalista” e “revolta da Armada” – fossem (como Custódio José de Melo, Gaspar Silveira Martins e Saldanha da Gama) egressos e favoritos da monarquia. Esses homens pretendiam restaurar o trono e recolocar nele algum descendente de Pedro II? É pouco provável. Mas queriam, ainda que formalmente sob a República, restaurar a estagnação, a submissão ao exterior e o atraso da situação monárquica. No alto, “A revolta da Armada” - foto de Juan Gutierrez. Acervo Instituto Moreira Sales (IMS)

mesmo, em um de seus discursos no Senado, referiu-se à solidariedade de Floriano quanto à sua política econômica:

“... nos meus atos financeiros não há ninguém mais solidário do que o atual presidente da República. S. ex. sufragou sempre com a maior expansão os meus projetos, que eu costumava submeter à sua aprovação, em sua casa, antes de levá-los a conselho. Usava dizer o meu honrado colega (e disso tenho testemunha) que comigo estaria pronto para ir aonde quer que fosse” (Rui Barbosa, **Finanças e Política da República**, Discursos e Escripos, Companhia Imprentora, Capital Federal, 1892, p. 185).

Portanto, o problema de Rui, em relação a Floriano, é o formalismo jurídico. Entretanto, nesse sentido, ele não tem razão em colocar o formal acima da realidade.

Continua na próxima edição